

FLORIANÓPOLIS,
TERÇA-FEIRA, 31 DE AGOSTO DE 2021

ND
15+15



**GESTÃO
PÚBLICA**

Governos mais conectados com a população

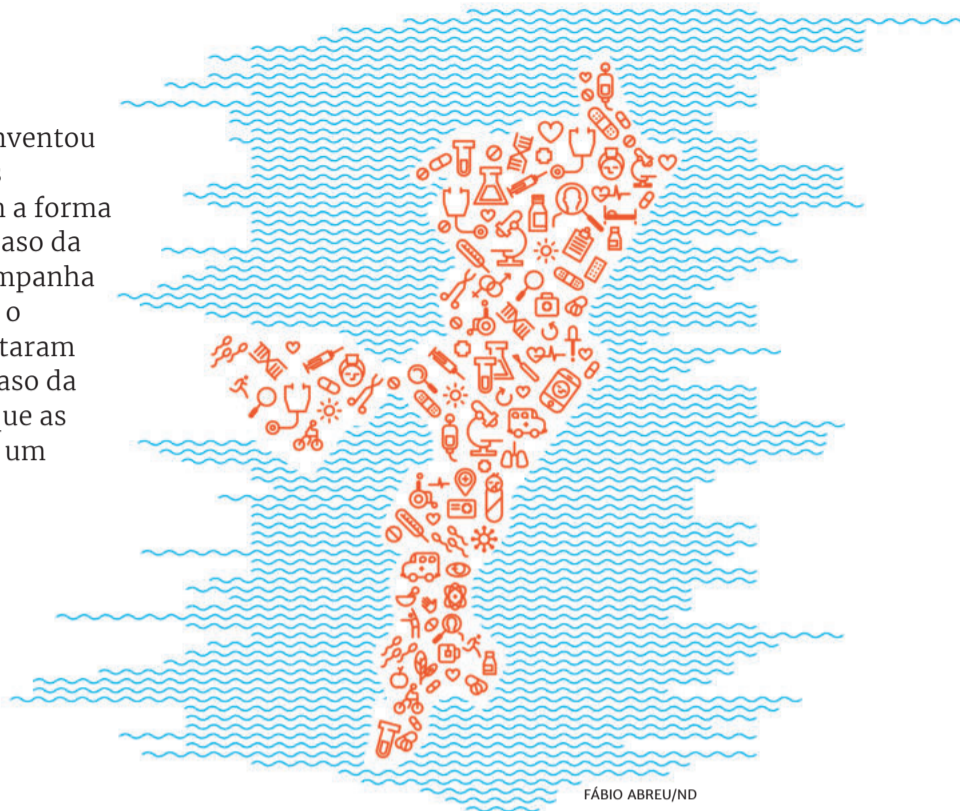
*Com o avanço das tecnologias, da
inovação e da digitalização, futuro
aponta para mais transparência
nos dados e maior conexão entre
cidadãos e a gestão pública.*



Ilha de emojis e descontração

Na pandemia o poder público se reinventou nas redes sociais. Com mais pessoas conectadas, as instituições soltaram a forma de comunicação com o público. No caso da Prefeitura de Florianópolis, teve campanha para batizar um jacaré (que recebeu o nome de Coronajac) e emojis até saltaram do mundo virtual para as ruas. É o caso da campanha Floripa no Capricho em que as placas de obras são sinalizadas com um emoji que pisca o olho.

PÁGINAS 20 e 21



FÁBIO ABREU/ND

4/5

TECNOLOGIA É CAMINHO SEM VOLTA

Uso da tecnologia nos processos administrativos é uma realidade em todos os segmentos, e não poderia ser diferente no serviço público. Desafio está na cultura, que exige treino dos profissionais para domínio das ferramentas disponíveis e que agilizarão serviços e garantirão mais transparência.

8/9

TECNOLOGIA PARA ALIVIAR BUROCRACIA

A burocracia faz parte do processo público, afinal é fundamental que a lei seja cumprida e que os mecanismos de controle sejam respeitados. Mas, o cidadão tem pressa e exige que a administração caminhe no mesmo ritmo do setor privado. As ferramentas da tecnologia têm possibilidade de equilibrar essa balança.

Transparência, ferramenta contra a corrupção

Um dos pioneiros no jornalismo de dados no Brasil, o jornalista Fabiano Angélico tornou-se um dos líderes na defesa de projetos de lei de transparência governamental e elaborou o primeiro grande estudo sobre a Lei de Acesso à Informação Pública no Brasil. Para ele, é preciso inovar mais e também mais esforço por parte das lideranças políticas e da sociedade para, se não eliminar, pelo menos controlar a corrupção, e já há ferramentas para tal, onde a transparência se torna crucial.

PÁGINAS 36 e 37

Inovação e digitalização

■ O promotor de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina e coordenador do Núcleo de Inovação do MPSC, Guilherme André Pacheco Zattar, fala sobre inovação, tecnologias e digitalização na gestão pública. Segundo ele, é preciso encontrar formas de inovar sem a necessidade de mais estrutura, pessoas ou recursos. **PÁGINA 40**

Robôs para raspar dados

■ A raspagem de dados é uma técnica adotada para driblar as tentativas de dificultar acessos em sites oficiais, ajuda na participação popular e promovendo transparência com o avanço da tecnologia; site Querido Diário usa o método para reunir informações dos diários oficiais dos municípios. **PÁGINAS 32 e 33**

Soluções unificadas no InovaGov

O primeiro passo para pensar os serviços públicos de forma unificada foi dado neste ano, quando governo estadual, Tribunal de Justiça, Alesc, TCE e o Ministério Público anunciaram o InovaGovSC, iniciativa para gerar ideias, trocar experiências e promover ações transformadoras na gestão pública e melhorar o serviço prestado aos catarinenses. O assessor da presidência do TJS, Marcos Bianchi, acredita em um avanço para desengessar os processos. **PÁGINAS 24 e 25**



UMA PUBLICAÇÃO DO GRUPO ND

FUNDADOR E PRESIDENTE EMÉRITO GRUPO ND E GRUPO RIC (IN MEMORIAM)

Mário J. Gonzaga Petrelli

PRESIDENTE EXECUTIVO

Marcello Corrêa Petrelli

DIRETOR COMERCIAL

Gilberto Kleinübing

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Albertino Zamarco Jr.

DIRETOR DE PLANEJAMENTO

Derly Massaud Anuniação

DIRETOR DE ENGENHARIA E TECNOLOGIA

Rafael Mafra

DIRETOR OPERACIONAL

Marcelo Campanholo

DIRETOR DE CONTEÚDO

Luís Meneghim

DIRETOR REGIONAL FLORIANÓPOLIS

Roberto Bertolin

GERENTE COMERCIAL

Norberto Moretti Junior

EDITOR CHEFE ND

Rodrigo Lima

ND
15+15

COORDENAÇÃO

Vanessa da Rocha

EDIÇÃO

Altair Magagnin

Felipe Alves

Rosana Ritta

REPORTAGEM

Aline Torres

Bruna Stroisch

Fabrizio Umpierrez

Letícia Dorneles

Lindsey Caetano

Lorenzo Dornelles

Lucas Colombo

Marcelo Fleury

Maria Gabriella Schwaemmler

Marinês Barboza de Jesus

Mariana Passuello

Néri Pedroso

Nicolas Horácio

Pâmela Schreiner

Paulo Rolemberg

Rafael Thomé

Vanessa da Rocha

PRODUÇÃO

Daniel Hugen

ILUSTRAÇÃO

Pablo R. Mayer

Fábio Abreu

FOTOGRAFIA

Anderson Coelho

Leo Munhoz

DIAGRAMAÇÃO

Elaine Cristina

Rafael Martírio

Paulo Roberto de Oliveira

INFOGRAFIA E ARTE

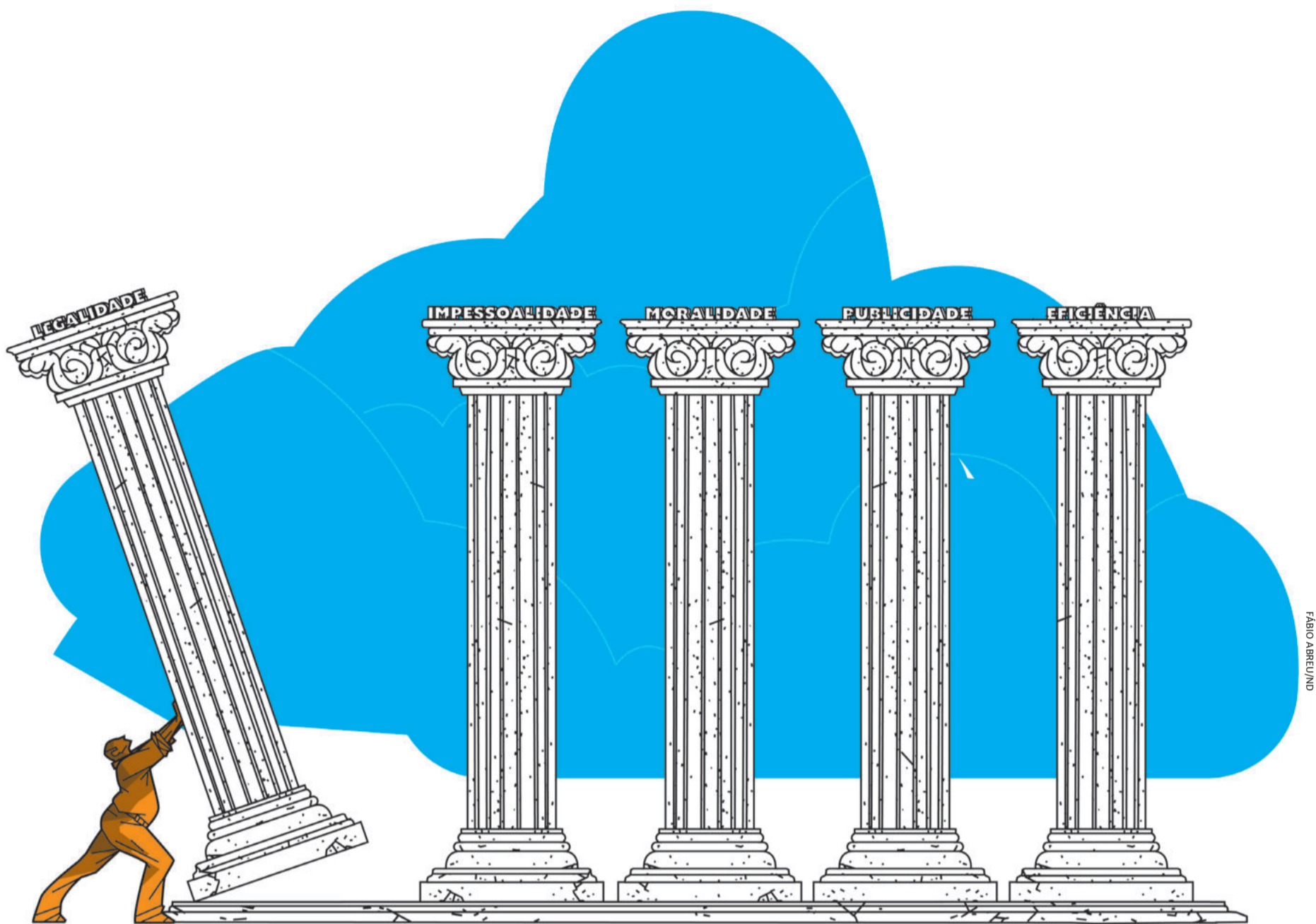
Leandro Maciel

PUBLIEDITORIAL

Patricia Peron

IMPRESSÃO

Artes Gráficas Riosul Ltda



Gestão pública *conectada com o futuro*

Pandemia acelerou processos de digitalização no meio público; tecnologias ajudaram todas as instâncias do poder a derrubar entraves burocráticos e avançar com ideias criativas, inovadoras e sustentáveis

Vanessa da Rocha
vanessa.darocho@ndtv.com.br

Esse é o décimo quinto caderno especial de aniversário do jornal ND. O desafio foi identificar as tendências e projetar o futuro em 15 diferentes áreas. O primeiro tratou de saúde e agora o último trata de gestão pública. Dois temas que se conectam de forma intensa com os tempos atuais em que a pandemia desafiou os gestores públicos a se reinventarem.

Com o distanciamento, os processos de digitalização foram acelerados em todas as esferas. No meio público não foi diferente. Ideias de projetos que estavam na espera foram ativadas. Diversos órgãos relataram

nas reportagens que integram este caderno sobre a valorização da tecnologia nos últimos meses e a tendência futura de aprofundar esses processos.

Também houve inovação e união diante dos desafios. Os órgãos públicos do âmbito estadual colocaram seus núcleos de inteligência para atuar de forma conjunta no InovaLab. Na iniciativa lançada em julho, a participação dos integrantes na cerimônia ocorreu de forma virtual. Cada um participou direto do seu gabinete e, no lugar do aperto de mão e foto oficial, ocorreram saudações nas redes sociais.

Foi também nas redes sociais que os gestores públicos simplificaram a linguagem

para se aproximar das pessoas. Para chamar o público mais jovem para a vacinação, diversas prefeituras fizeram postagens criativas e apostaram no bom humor.

A gestão pública já passava por um processo de modernização que se viu obrigado a ser acelerado na pandemia. O investimento na tecnologia, no aprimoramento da gestão e no incentivo à inovação é um ponto crucial para derrubar as barreiras da burocracia.

LIMPE é a sigla que representa os cinco pilares da gestão pública: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência. A digitalização e a mudança de cultura estão ajudando no cumprimento dessa missão.



O caminho é sem volta, resta definir *em qual direção seguir*

Uso da tecnologia nos processos administrativos é fato, mas ainda existem desafios importantes a serem superados, como a falta de clareza estratégica para otimizar as ferramentas que já existem, e as que ainda estão por vir

Lorenzo Dornelles

lorenzo.dornelles@ndmais.com.br

A tecnologia é fundamental para o bom desempenho da gestão pública. Além de possibilitar mais e melhores informações para tomada de decisão, permite a criação de vários espaços de interação entre Estado e sociedade. Essa tendência é praticamente unânime na visão de especialistas do setor.

“Não tem mais volta”, afirma o professor de Sociologia e Ciência Política da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), Julian Borba. O desafio está em se adequar aos novos panoramas criados pela mudança de cenário que é cada vez mais necessária e aparente.

O novo governo deve contar com quatro pilares principais: a ética e moral, as pessoas, a sustentabilidade e, não menos importante, a tecnologia.

“Nós não temos como fugir da tecnologia, muito pelo contrário, vamos ter novos encaminhamentos nesta linha. E a própria questão da pandemia nos mostrou isso, que a tecnologia veio muito forte, mesmo no ambiente público, vemos que algumas organizações estão conseguindo fazer um bom trabalho online”, disse a professora de Administração e Gestão Pública da Univali (Universidade do Vale do Itajaí), Vanderléia Lohn.

“A abertura do governo e o maior engajamento da sociedade na discussão das necessidades locais e na co-produção de políticas públicas configura um caminho promissor para tornar cidades, estados e países mais humanos, inteligentes, sustentáveis e com maior desenvolvimento econômico e social”, antecipa professor de Administração Pública da Udesc (Universidade do Estado de Santa Catarina), Denilson Sell.

Transformação digital no setor público

Três pontos principais são transparência, colaboração e participação

TRANSPARÊNCIA

- Por meio do tratamento e abertura dos dados e da utilização de novas possibilidades de mídia para a difusão e interação com a sociedade.
- Em todas as esferas de governo é possível encontrar iniciativas de abertura de dados e difusão da informação por meio de canais.

COLABORAÇÃO

- Possibilitar novas maneiras de integrar processos e redes de trabalho entre órgãos públicos e o setor privado.
- Recursos de computação em nuvem, inteligência artificial e as arquiteturas modulares ou APIs possibilitam uma integração de processos entre diferentes organizações públicas.
- Integração torna possível ao cidadão, por exemplo, solicitar a abertura de uma empresa, serviço habilitado por meio de um processo eletrônico que perpassa entidades ligadas às esferas municipal, estadual e federal, com total transparência.

PARTICIPAÇÃO

- Novas possibilidades de interagir com a sociedade, de ouvir as necessidades e de co-criação e co-execução de políticas públicas.
- As mídias sociais, computação em nuvem, internet das coisas, inteligência artificial e plataformas digitais viabilizando novas formas de se co-produzir políticas públicas.

Inteligência que aproxima

Mesmo que seja uma realidade indiscutível, o panorama é de uma mudança brusca na rotina do Executivo, e isso demanda tempo para se adequar. “A transformação digital, tão discutida no âmbito das organizações privadas, pode propiciar no setor público uma transformação radical dos fluxos internos de trabalho e na maneira como o governo entrega valor à sociedade”, afirma o professor de Administração Pública, Denilson Sell.

A tecnologia pode influenciar positivamente uma gestão. “Em Singapura, por exemplo, o portal de governo identifica o cidadão que está acessando e recomenda automaticamente os serviços e informações de acordo com o seu perfil, considerando faixa etária, gênero e outras informações individuais”, conta Sell.

“Se um jovem de 18 anos está acessando o portal, ele sugere oportunidades de emprego e de capacitação profissional de acordo com o seu perfil. Os serviços e informações estão todos integrados e acessíveis, tornando a relação entre a sociedade e o governo muito mais fluída e proativa”, completa.

Com o passar do tempo, o setor público ficará mais perto das pessoas. “A evolução tecnológica traz possibilidades para entender as necessidades da população. Sensores, big data e inteligência artificial permitem ao governo deixar de trabalhar com ‘médias’ e passar a entender os cidadãos de maneira individualizada. Possibilita, por exemplo, identificar a turma mais indicada para um aluno, entender o desdobramento de epidemias por meio dos dados de mídias sociais e entender como melhorar o tráfego com base em sensores”, exemplifica Sell.



FOTOS REPRODUÇÃO/ND

Conceito de cidades inteligentes é fundamental para o futuro das gestões públicas. Pelo mundo, um dos exemplos é Fujisawa, no Japão. Lá, além de uma série de sensores aplicados nas casas e equipamentos urbanos, que permitem análises e entregas dentro das necessidades dos moradores, a gestão local tem planejamentos prontos para os mais diversos tipos de ocorrência, por exemplo, uma catástrofe ambiental

Planejar para antecipar cenários

Há um ponto fundamental que merece a maior atenção dos gestores públicos. “O maior problema está no planejamento. É uma questão que precisamos melhorar dentro da gestão pública”, afirmou a professora Vanderléia Lohn.

Além disso, é necessária uma certa mudança no sentido das ações que são culturalmente exercidas pelo poder público em geral.

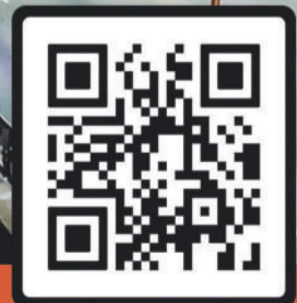
“Temos que olhar para o desenvolvimento e não somente para o crescimento. Acredito que esse é um grande caminho que temos que percorrer, é uma característica nossa, como uma sociedade cultural mesmo. Fomos para uma linha do crescimento e faltou atenção para o desenvolvimento, e aí há grande diferença”, alerta.

Essa virada é fundamental para aprimorar outras questões que demandam atenção na sociedade atual. “O crescimento vai muito para um olhar mais econômico, mas precisamos de um olhar para o planejamento, da questão ambiental, social, e o impacto que isso pode levar. E esse planejamento vai levar outros atores, além daqueles de dentro da gestão pública, mas também é importante escutar os outros atores, que estão fora, como parceiros e empresas”, completa.

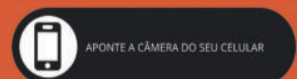
Quantum
Engenharia

**SOLUÇÕES
PARA CIDADES
INTELIGENTES**

**Energia solar para prédios
públicos e iluminação pública**



www.quantumengenharia.net.br



Gerenciamento de energia e cidades inteligentes

A adoção de práticas mais sustentáveis garante economia e se reverte em benefícios ambientais para toda a sociedade

Um dos principais desafios da sociedade atualmente é promover o desenvolvimento sustentável. Os grandes avanços tecnológicos das últimas décadas e o crescimento econômico trouxeram a discussão sobre os limites que devem ser impostos para garantir um equilíbrio socioambiental, sem prejuízo à atividade econômica.

Nesse contexto, a manutenção da qualidade de vida de quem mora nas cidades merece atenção especial, já que de acordo com a ONU (Organização das Nações Unidas), até 2050, 70% da população mundial vai morar em centros urbanos. Com o objetivo de auxiliar na construção de lugares mais agradáveis para se viver, surgiu na década de 1990 o termo cidades inteligentes, ou smart cities, que nos últimos anos ganhou força e relevância impulsionado pela transformação social, econômica e cultural. Para se adaptar a esses novos tempos, poder público e iniciativa privada começaram a trabalhar juntos

no desenvolvimento de cidades mais eficientes, automatizadas e sustentáveis. E a energia tem um lugar de destaque nesse processo, já que, segundo dados apresentados no Fórum Econômico Mundial no início deste ano, as cidades consomem cerca de 78% das fontes primárias de energia do planeta.

Atenta a esses movimentos, a Quantum Engenharia reforça seu compromisso com qualidade e crescimento sustentável, que acompanha a empresa nos seus 31 anos de trajetória. Com sede em São José, na Grande Florianópolis, a Quantum tornou-se ao longo dessas três décadas de atuação uma referência no desenvolvimento e execução de projetos e no gerenciamento de parques de iluminação pública, utilizando tecnologias de ponta e mão de obra especializada. Fatores que, junto com planejamento adequado e inovação, são fundamentais para otimizar a utilização dos recursos e, assim, prestar melhores serviços para os cidadãos.

Itá, um modelo para o Brasil

Em Itá, pequeno município no Oeste do Estado, 6,5 mil habitantes, além da iluminação pública ser 100% LED, a prefeitura instalou placas fotovoltaicas em prédios públicos. Neste ano, 24 prédios públicos terão as lâmpadas substituídas por modelos em LED.

A troca das lâmpadas antigas por modelos mais eficientes, como as de tecnologia LED, reduz o custo de manutenção, polui menos e aumenta a segurança, pois ilumina mais.

Ao final do projeto (de LED e fotovoltaica), o município irá economizar, aproximadamente, R\$145 mil por ano nas faturas de energia elétrica, e terá uma redução de cerca de 70% na conta de energia elétrica.



Quantum é referência no desenvolvimento e execução de projetos e no gerenciamento de parques de iluminação pública



Com a adoção de LED e fotovoltaica Itá economizará cerca de R\$145 mil por ano nas faturas de energia elétrica

MÁRCIO JOÃO SILVANO/DIVULGAÇÃO/ND



Em Itá, o município instalou lâmpadas com a tecnologia LED em toda a iluminação pública e placas fotovoltaicas nos seus prédios

Geração de energia solar em alta

Consolidada na área de iluminação pública e sempre preocupada em promover desenvolvimento sustentável, a Quantum Engenharia acompanhou as transformações das últimas décadas, e desde 2014 atua também no setor de energias renováveis. Para atender à crescente demanda de clientes interessados em sustentabilidade, economia, autonomia e fornecimento de energia de qualidade, a empresa passou a desenvolver sistemas de geração de energia solar

fotovoltaica Um trabalho que vai desde o projeto até a instalação e o monitoramento remoto do funcionamento.

E a geração de energia solar está em alta no Brasil. Ainda que recentemente, o país despertou para a necessidade de encontrar e apoiar soluções que visam a utilização mais racional da eletricidade. No ano passado, o setor de energia solar fotovoltaica cresceu 64% em relação a 2019, e os dados divulgados pela Absolar (Associação Brasileira de

Energia Solar Fotovoltaica) sobre o primeiro semestre de 2021 confirmam essa alta, eles mostram um aumento de 44% de novas adesões de consumidores à modalidade se comparado ao mesmo período de 2020.

As recentes crises hídricas e a consequente ameaça de comprometimento na produção de energia pelas matrizes hidrelétricas, que geram cerca de 63% dos recursos energéticos do país, ajudaram a impulsionar o setor.



Processo entregue à Assembleia Legislativa ainda mostra que o uso de papel e a tramitação por meio físico ainda existe, mesmo que em declínio

Burocracia terá novo limite entre *necessidade e exagero*

Avanços da informatização ajudam a construir novo modelo para uma gestão pública *mais dinâmica*, sem deixar de *respeitar a lei* e os órgãos de controle

Lorenzo Dornelles

lorenzo.dornelles@ndmais.com.br

Dada a evolução tecnológica que é - e será cada vez mais notória dentro da gestão pública -, a digitalização pode ajudar a desburocratizar os processos. Mas, como ficar atento aos cuidados para não ultrapassar os limites e dar margem para erros?

“Nas atividades que envolvem a governança, todos devem prestar contas aos cidadãos. É necessário que o balizador seja o plano de governo, com prestações de contas mensais, trimestrais ou semestrais. Não somente em época de eleição”, explica o professor de Administra-

ção e analista de gestão e política da UnoChapecó, Givanildo Silva.

“Neste pilar entra o governo digital, que visa reduzir o quadro de servidores. Não chamar novos servidores de concursos para as vagas abertas pelos servidores aposentados. Também, transformar os processos administrativos em processos digitais e desburocratizar a máquina pública”, completa.

Nesses casos, a transparência pode ser a palavra-chave. “O futuro é de uma gestão mais transparente, com mecanismos de interação permanente com a sociedade, munida de grande quantidade de informações sobre os diferentes temas”, diz

o professor da UFSC, Julian Borba.

O investimento em capacitação é fundamental. Algumas questões precisam mesmo mudar, mas estamos vendo que muitas coisas podem ser feitas pela digitalização. “Uma das coisas que eu acho que precisa, dentro da digitalização, é o treinamento. As pessoas ainda têm um certo ‘medo’ da tecnologia. Ou que ela vai tirar lugares das pessoas ou que não vão saber utilizar a ferramenta”, disse a professora da Univali, Vanderléia Lohn. “Boas ferramentas podem proporcionar melhor qualidade e maior agilidade no atendimento ao cidadão”, completou.



Os governos são engessados por natureza, os funcionários públicos precisam cumprir as legislações e não podem executar o que não estiver expressamente previsto em lei.”

Givanildo Silva, professor

Compra unificada é exemplo estratégico

A burocracia faz parte da natureza pública e é parte importante do processo. No entanto, existem caminhos para ter mais eficiência. “Os governos são engessados por natureza, os funcionários públicos precisam cumprir as legislações e não podem executar o que não estiver expressamente previsto em lei”, contextualiza o professor Givanildo Silva.

Pesquisas mostraram que os governos mais eficientes são aqueles que contrataram inovações por meio de suas compras. Países desenvolvidos da Europa e os EUA mostram que é mais efetivo os governos contratarem as inovações da iniciativa privada, por meio de licitações bem elaboradas pela equipe de gestão de topo.

Um exemplo: “unir as compras anuais de combustíveis de todas as secretarias em um único pregão, constando na licitação que a empresa vencedora deveria implementar um sistema de controle de frota com gestão online por meio de cartões digitais para cada carro e cada motorista, que disponibilize os relatórios de rotas dos veículos, os consumos, as revisões por quilometragem, entre outros”, mostra Silva.

Capacitar o funcionalismo como parte do processo

A digitalização vai dar mais dinâmica e celeridade nos processos. Com isso, é possível prever que todo o aprimoramento tecnológico dará uma nova cara e dinâmica aos processos burocráticos. Mas, cabe aos profissionais se prepararem para isso.

“É impossível não usar a internet, os bancos de dados, muito pelo contrário. Acredito que, no futuro, vamos ter outras tecnologias. Um grande encaminhamento neste sentido é saber que

tipo de tecnologia podemos implementar no setor, para as pessoas que estão ali trabalhando, principalmente”, afirma a professora Vanderléia Lohn.

A partir dessa definição, capacitar os servidores para o uso das ferramentas. “A pandemia trouxe muitos impactos negativos, mas também trouxe visões e oportunidades, principalmente de qualificação para o uso de ferramentas que antes muitos não sabiam usar”, completa a professora.



A pandemia trouxe muitos impactos negativos, mas também trouxe visões e oportunidades, principalmente de qualificação para o uso de ferramentas que antes muitos não sabiam usar.”

Vanderléia Lohn, professora

Comparação inevitável com o setor privado

Com o avanço das tecnologias digitais, as organizações podem repensar sua maneira de organizar os fluxos de informação e de trabalho. Por meio da automação de processos e da aplicação de inteligência artificial, o governo pode buscar maneiras de conferir maior eficiência, produtividade e qualidade aos processos de trabalho, acompanhada por redução de custos.

“Além disso, temos o aumento da pressão da sociedade por melhoria dos serviços. Quando olhamos para as experiências de acesso a serviços ou informações junto a outros segmentos, é natural que queiramos o mesmo nível de agilidade e qualidade quando nos relacionamos com o governo”, afirma o professor Denilson Sell.

As organizações públicas devem repensar suas estratégias de produção de serviços e de políticas públicas à luz das demandas dos cidadãos. “Tal como compramos bens por meio de sites de comércio eletrônico sem tomar conhecimento das várias empresas envolvidas em cada aspecto das transações, não deveríamos precisar estudar a máquina burocrática do governo para demandar um serviço”, compara Sell.

“Às vezes tem uma crítica, que não concordo, de que o setor público seja burocrático, que não usa tecnologia, e eu acredito usa sim, e está indo por esse caminho”, completa a professora Vanderléia Lohn.



Temos o aumento da pressão da sociedade por melhoria dos serviços públicos. Quando olhamos para as experiências de acesso a serviços ou informações junto a outros segmentos, é natural que queiramos o mesmo nível de agilidade e qualidade quando nos relacionamos com o governo.”

Denilson Sell, professor

AÇÕES FEDERAIS

Racionalizar e modernizar a máquina administrativa está em andamento

- Abertura do capital estrangeiro para as companhias aéreas
- Abertura do mercado de gás
- Abertura do mercado de refino de petróleo
- Acordo entre União e Estados para Lei Kandir
- Aprimoramento da Lei de Informática
- Autonomia do Banco Central
- Cadastro Positivo sancionado
- Cessão onerosa para leilão do pré-sal
- Combate à alta de preços
- CPF como chave única para localizar informações dos cidadãos
- Dados abertos da Dívida Ativa da União e do FGTS
- Estratégia Nacional de Qualificação para a Produtividade e o Emprego
- Flexibilização de saques do FGTS e PIS/Pasep
- Imposto de importação zero para equipamentos industriais
- Inclusão dos motoristas de aplicativo no Regime Geral de Previdência Social
- Incremento de recursos financeiros para procedimentos eletivos no SUS
- Livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia
- Nova Lei das Agências Reguladoras
- Novo Marco do Saneamento Básico e Marco das Startups
- Pagamento de tributos federais por instituições de pagamento
- PECs Emergencial, dos Fundos e do Pacto Federativo
- Plano Nacional de Investimentos
- Programa de Melhoria Contínua da Competitividade
- Programa de Parcerias de Investimentos
- Programa de Privatização das Companhias Estaduais de Energia Elétrica
- Recuperação energética de resíduos sólidos urbano
- Redução do prazo de registro de marcas e patentes no exterior
- Redução no número de estatais
- Regulamentação da Lei de Liberdade Econômica
- Regularização fundiária urbana em áreas de domínio da União
- Simplificação da autorização de funcionamento de empresas estrangeiras
- Venda virtual de imóveis da União



www.ipm.com.br

Great
Place
To
Work®

Líder em Sistemas de Gestão Pública
100% EM NUVEM

Há 25 anos Construindo Cidades Inteligentes



Tudo em um **único sistema** de **Gestão Municipal**

- Emitir e tramitar empenhos
- Gerar e tramitar ordens de compras
- Tramitar e efetivar pagamentos
- Redigir, tramitar e controlar memorandos, ofícios e outros documentos
- Visualizar indicadores
- Gerenciar gastos e a receita de uma entidade
- Realizar processos
- Centenas de clientes ativos
- + de 1 Milhão de usuários

Sede Administrativa
Florianópolis - SC
48 3031.7500

Centro de Tecnologia
Rio do Sul - SC
47 3531.1500

Central de Atendimento
Rio do Sul - SC
47 3531.1500



IPM Sistemas, modernização digital na gestão pública

Atende.Net possibilita empenhamentos, liquidações, compras e folha de pagamento digitalmente em plataforma única

A gestão pública está avançando na digitalização de seus processos, mas é preciso acelerar e ir além da tramitação de memorandos ou requerimentos. Em um governo verdadeiramente digital, tudo deve ser feito pela internet, em sistema único, sem uso de papel. Esse é o propósito da catarinense IPM Sistemas, pioneira no desenvolvimento de software plataforma única e 100% em nuvem para a gestão pública municipal.

“Trabalhamos na construção de cidades inteligentes há 25 anos. Com o Atende.Net, os dados são armazenados em nuvem, o trâmite de processos é em tempo real e a aprovação é via assinatura digital. E o próprio sistema que tramita os processos também realiza os lançamentos em contabilidade, RH, arrecadação, compras e em outras áreas.



Centro de Tecnologia da IPM Sistemas localizado no município de Rio do Sul

O resultado é mais agilidade e eficácia, além de redução de custos com CPD local, manutenções, impressoras, arquivo morto e Correios”, explica Elvio Meurer, gerente Comercial da IPM.

Ainda, o Atende.Net tem foco em múltiplas entidades, atendendo também fundos, fundações, autarquias, institutos e câmaras de vereadores. Portanto, cumpre

os requisitos do Decreto nº 10.540/2020, que regula o novo Siafic. “Nosso sistema tem base de dados única e pode ser usado por todos os entes municipais, o portal de transparência é carregado de forma automática em tempo real”, salienta Elvio.

E o cidadão é muito beneficiado, pois essa tecnologia permite autoatendimento 24h pela Internet. Pelo site

ou app, é possível solicitar alvará de construção, anexar e assinar documentos e acompanhar cada etapa do processo sem sair de casa, bem como consultar e quitar débitos, inclusive com pagamentos via Pix. A comunicação entre gestores, Servidores e cidadãos fica ágil e eficiente, a modernização digital otimiza o tempo na

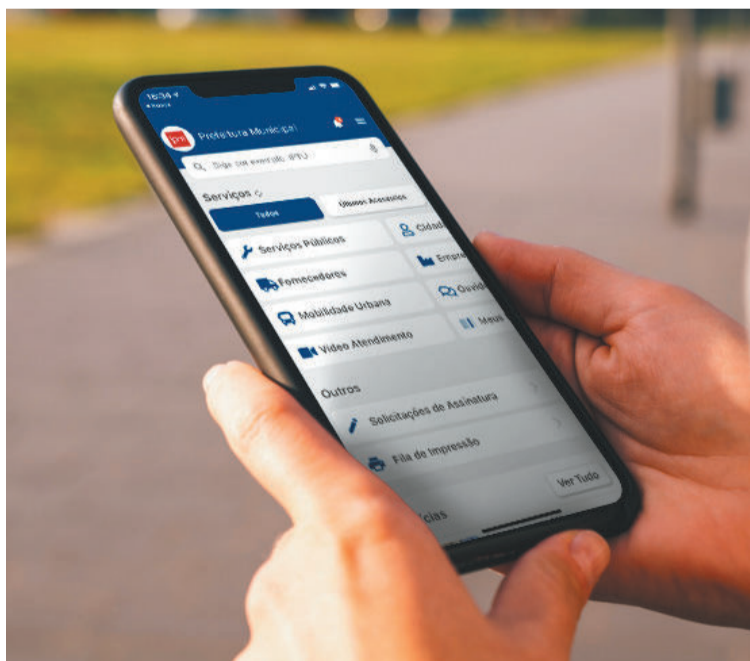
resolução das demandas.

Facilidades muito esperadas pelo munícipe, como mostra estudo divulgado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em março: 60% dos cidadãos preferem o atendimento de serviços públicos por site, aplicativo ou mensagem de texto. Quanto ao motivo, 46% dos entrevistados disseram “economia de tempo”.

“No passado, após a análise do projeto, o proprietário de uma obra tinha de aguardar de uma a duas semanas para ter o alvará em mãos. Com a plataforma workflow, hoje é emitido em, no máximo, dois dias”.



Dieter Klaus Weege, secretário de Planejamento e Meio Ambiente de Pomerode



O Atende.Net é uma extensão do sistema de gestão pública municipal desenvolvido com cadastro único e 100% em nuvem

Cidades catarinenses investem em inovação

Em Pomerode, por exemplo, engenheiros, arquitetos ou o proprietário de uma obra podem entrar com a solicitação de viabilidade e pagar as taxas devidas sem sair de casa. Pelo Portal de Autoatendimento, o processo tramita digitalmente entre as áreas administrativas, inclusive as aprovações e assinaturas.

Tudo ocorre de forma automatizada e sem uso de papel. Para tanto, foram desenvolvidos workflows, que orientam os servidores para que cada procedimento/etapa seja realizado no momen-

to certo, evitando perda de documentos e retrabalho.

Em Indaial, a Prefeitura automatizou os processos de compras, contabilidade e RH.

Hoje a requisição ao compras é enviada digitalmente pela própria secretaria através de workflow. Ordem de compra, empenho, liquidação e pagamento são assinados todos de forma on-line. Assim evita-se que um documento fique parado na mesa do gestor aguardando aprovação. Então processos que levavam dias, até semanas, agora são executados rapidamente, com amplo con-

trole e transparência. Inclusive a folha é calculada e empenhada toda de forma digital.

Em Pinhalzinho, o sistema de cadastro único e compartilhado entre os departamentos facilitou a tomada de decisão orientada a dados. “Toda gestão é norteada por indicadores, o software IPM oferece relatórios que facilitam o gerenciamento. Nós tivemos um incremento de 20% na arrecadação do IPTU, sendo que 85% foi pago na data em que o município auferiu”, salienta o secretário de Administração, Wanderlei Borba.



FÁBIO ABREU/ND



Cabe aos gestores públicos buscar compreender conceitos sobre cidades inteligentes e governo como plataforma, estabelecer uma visão e objetivos claros para nortear a jornada de transformação das organizações, além de estabelecer estratégias e canais que propiciem o engajamento da sociedade na criação do bem comum.”

Denilson Sell, professor

Produtividade e eficiência para reduzir custos e enxugar máquina pública

Funcionalismo público terá novo perfil, ajustado à máxima “fazer mais com menos”; *uso da tecnologia* ajudará a otimizar tarefas

Lorenzo Dornelles

lorenzo.dornelles@ndmais.com.br

Um assunto que é muito debatido – velha promessa de campanha política – é o enxugamento da máquina pública, com redução de custos desnecessários. Com o aumento de tecnologias no setor público, isso será possível?

Segundo a análise do professor Denilson Sell, do curso de Administração da Udesc, a tecnologia vai ter um papel fundamental para compensar uma queda no número de servidores,

que será necessária e inevitável.

“Cabe destacar que o comprometimento das receitas com folha e pensão inviabilizam a reposição de servidores, na medida em que o quadro atual está se aposentando. Torna-se imprescindível buscar maneiras de manter os serviços mesmo em cenário de redução substancial de efetivo”, explica.

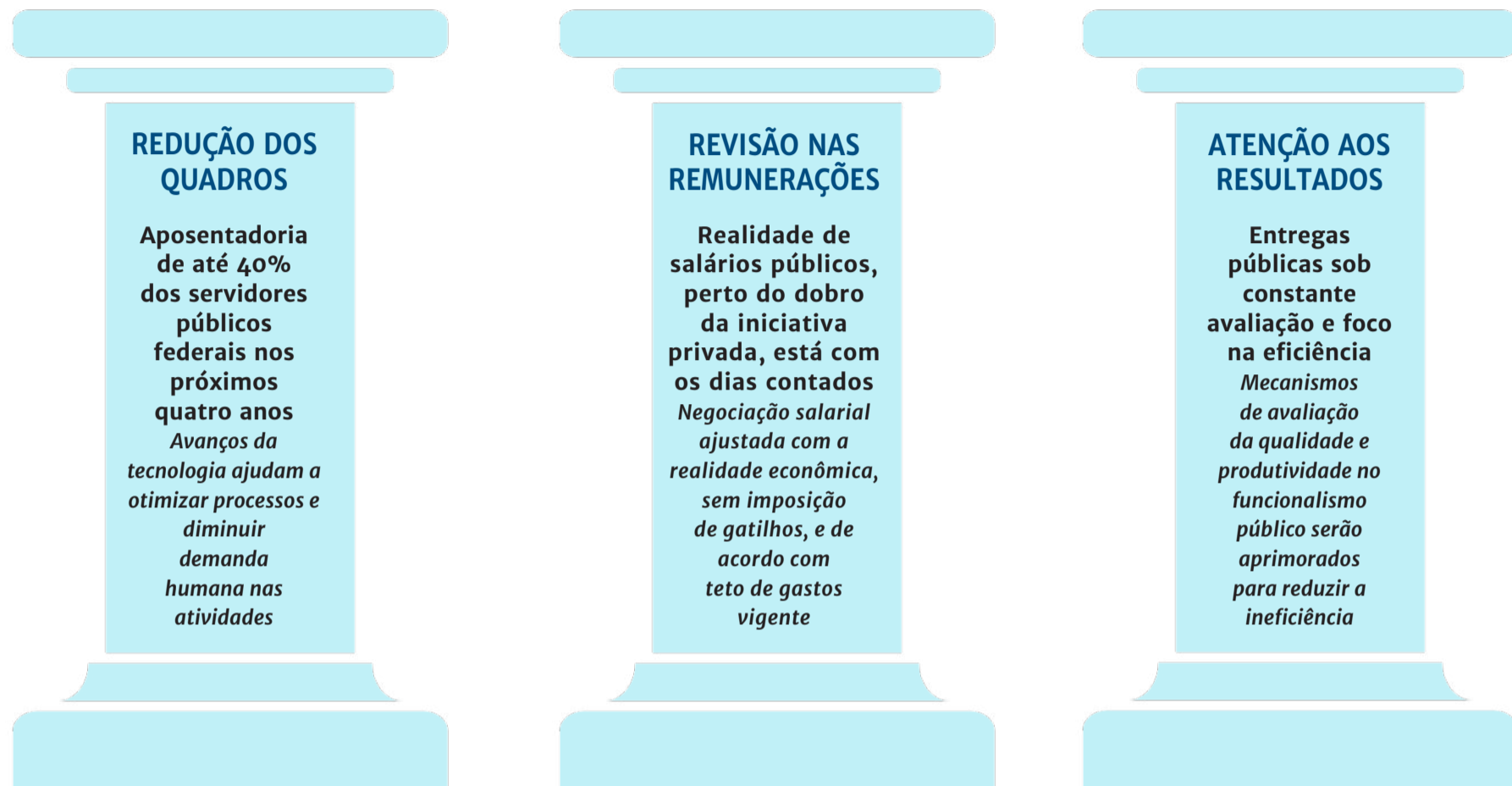
Para o professor, a redução de custos não passa só pela diminuição da mão de obra, mas por outros auxílios vindos da tecnologia. “Entendo

que a digitalização pode possibilitar o aumento da produtividade e da eficiência, ajudando na redução de custos e na promoção da qualidade no serviço prestado”, alerta.

A tendência é que os empregos públicos devam passar por uma mudança de perfil nos próximos anos. “Quanto à perspectiva de trabalho, entendo que novos modelos de contratação e de parceria público-privada vão fazer cada vez mais sentido nas práticas adotadas pelo governo”, completa.

Os pilares da nova gestão administrativa

Modelo que está sendo construído deve mudar completamente o cenário do funcionalismo como conhecemos



Avanços esbarram em cultura e gestão

As mudanças apontadas não são simples de serem colocadas em prática. Pesquisas recentes revelam que 70% das iniciativas de transformação digital em organizações privadas e públicas fracassaram.

“Neste sentido, são vários os desafios relacionados, incluindo os fatores organizacionais, como falta de uma visão clara, falta de alinhamento, aspectos normativos e legais, cultura refratária à inovação, questões éticas, entre outras”, afirma o professor Denilson Sell.

Há também os fatores ligados ao trabalho e à tecnologia, como a falta de alinhamento dos processos, tecnologia inadequada ou imatura, além dos fatores individuais: novas competências requeridas e medo da mudança.

A solução, na visão do professor, demanda estudos, planejamento e inclusão da população.

“Cabe aos gestores públicos buscar compreender conceitos sobre cidades inteligentes e governo como plataforma, estabelecer uma visão e objetivos claros para nortear a jornada de transformação das organizações, além de estabelecer estratégias e canais que propiciem o engajamento da sociedade na criação do bem comum”, pontua.

A transformação digital pode envolver inovações na administração pública que vão além da inovação tecnológica, na prática aborda uma nova maneira de enxergar a sociedade e de entregar valor à sociedade.

“Estamos falando em tornar o governo um orquestrador de ações, em possibilitar que diferentes atores se tornem parceiros do governo ou que possam estabelecer novas formas de produção de valor”, conclui Sell.

Menos servidores, salários mais baixos e maior produtividade

Três aspectos que são fundamentais para reduzir custos dentro da gestão pública foram relacionados pelo professor, Givanildo Silva, da UnoChapécó. A primeira delas menciona a tendência de queda no número de profissionais no futuro.

“No governo federal, até 2025, a perspectiva é ter entre 30 e 40% dos servidores públicos federais se aposentando. Aí tem a parte de aposentadoria, salários, pensões, que são pagas pelo fundo, e não diretamente pelo governo. Essa é a primeira perna do enxugamento, que se dá na questão de não recolocar concursos, não fazer a reposição desses funcionários que serão aposentados”, afirma.

A mudança no perfil das contratações e no pagamento de salários é o segundo pilar destacado pelo professor. “Os servidores públicos recebem o dobro dos salários pagos na iniciativa privada, em média. Mas, existe a possibilidade de enxugamento da questão salarial, porque não existe um gatilho anual

de reajuste dos salários”, afirma.

“O governo federal pode justificar a contenção com base na Lei de Diretrizes Orçamentárias e não colocar previsão de reajuste salarial ou fazer um reajuste abaixo da inflação. Dessa forma, consegue enxugar o gasto com salários dos servidores públicos”, explica.

Por último, o especialista ressalta a importância da autoavaliação e incorporação de melhorias dentro das organizações. “A terceira perna é que a própria gestão pública possui um mecanismo de melhorias, de sempre estar reavaliando, fazendo com que a máquina pública seja mais eficiente, seja menos burocrática”, diz.

“Um exemplo é a Secretaria de Estado de Administração. Um grupo fica constantemente avaliando o atendimento, os serviços, os processos ao público e otimizando. Isso pode reduzir o número de servidores, fazendo com que os processos sejam digitalizados”, completa Silva.

Vacinação contra a Covid: a única escolha importante é tomar.

A vacinação em Joinville continua avançando. Uma conquista que se deve ao esforço integrado de diversas áreas que juntas criaram a estrutura necessária para atender com qualidade e agilidade os joinvilenses. E principalmente à dedicação diária de todos os profissionais da saúde. Continue com todas as medidas de prevenção e lembre-se: quando o assunto é vacinação, você só precisa escolher se vacinar.

SE VOCÊ TEM QUE TOMAR A SEGUNDA DOSE:



MARQUE NA
AGENDA.



FIQUE ATENTO
À DATA.



CONCLUA A
IMUNIZAÇÃO.

INFORMAÇÕES E AGENDAMENTO:

www.joinville.sc.gov.br

Secretaria
da Saúde



Prefeitura de
Joinville



Vacinação contra a Covid-19, tecnologia voltada às pessoas

FOTOS DIVULGAÇÃO/ND

Prefeitura de Joinville aposta na inovação e atendimento humanizado para a imunização

Por mais que o Brasil seja referência em processos de imunização, os desafios trazidos pela pandemia de coronavírus são inéditos. Como garantir o distanciamento entre as pessoas, ao mesmo tempo em que é necessário convocar toda a população para a vacinação? Para a equipe da Secretaria da Saúde de Joinville, a resposta está na tecnologia voltada para as pessoas. Foi assim que nasceu o processo de agendamento contra a Covid-19 na cidade.

O processo começa com o agendamento on-line, feito em uma plataforma em constante evolução para ser o mais amigável possível para todas as pessoas. O sistema foi desenvolvido por voluntários do Fab.Lab Joinville, que levaram apenas um fim de semana para criar a primeira versão, e que atualmente disponibiliza o código para que outras prefeituras possam adotar a ferramenta.

“O objetivo é garantir a imunização da população contemplada de uma forma rápida, segura e com qualidade. Esse processo moderno

e eficaz, desenvolvido pelas nossas equipes em parceria com um time de voluntários, garante que todo joinvilense possa receber seu imunizante com hora marcada, sem filas, com muita atenção e conforto”, destaca o prefeito de Joinville, Adriano Silva.

O sistema de agendamento é o ponto de partida para um processo que conta ainda com centrais próprias de imunização, desenvolvidas para evitar a concentração de pessoas nas unidades de saúde durante o pico da pandemia da cidade. Naquele momento, as Unidades Básicas de Saúde da Família, que tradicionalmente concentram as campanhas de vacinação, tinham como principal vocação o tratamento.

“O sistema de agendamento nos permite ter informações mais precisas sobre o público contemplado em cada etapa de imunização, ao mesmo tempo em que estamos mantendo o mesmo ritmo de vacinação de outros municípios”, explica o secretário da Saúde de Joinville, Jean Rodrigues da Silva.



Com o avanço na aplicação das doses, as mais de 50 unidades de saúde passaram a ser também pontos de vacinação

Com o avanço da vacinação, as mais de 50 unidades de saúde passaram a ser também locais de imunização. Somadas às Centrais de Imunização do Centreventos e Tupy e das salas de vacinação do Garten Shopping, são mais de 80 boxes individuais.

O processo de vacinação de Joinville envolve três frentes de trabalho: desenvolvimento e aprimoramento do sistema, organização da rede de atendimento e comunicação.



Método adotado na cidade é referência hoje em todo o país

Vacinação em Joinville envolve o desenvolvimento e aprimoramento do sistema, organização da rede de atendimento e comunicação



Sistema adotado na cidade permite previsão mais exata em relação ao número de doses a serem aplicadas

Resultados mais precisos com o agendamento

Desde 5 de fevereiro, quando os joinvilenses começaram a ser imunizados contra a Covid-19, o processo de agendamento on-line se mostrou bem-sucedido por evidências como a velocidade na imunização da população, a qualidade do serviço prestado ao usuário final e a atualização das informações nos sistemas de registro.

Enquanto parte dos municípios optam por criar filas com demanda espontânea de acordo com o público, Joinville conta com um sistema de agendamento que permite a previsão mais precisa em

relação ao número de doses a serem aplicadas em cada dia e local, evitando desperdício e contribuindo para a transparência do processo.

Como resultado, até o dia 19 de agosto de 2021, foram 439 mil pessoas cadastradas. Destas, 367 mil já realizaram agendamento de sua imunização na plataforma. Além disso, o sistema foi reconhecido nacionalmente por profissionais técnicos e nomes da política. Os dados obtidos por meio dos cadastros possibilitam que a prefeitura possa repassar à Secretaria da Saúde do Estado estimativas

de público mais próximas da realidade, pois as informações são mais recentes do que as disponíveis no IBGE.

“O modelo de desenvolvimento, utilizando voluntários, foi um diferencial, pois gerou economia ao município, além de aproximar serviço público e ao setor privado em forma de parceria. Um projeto como este nos permite perceber a relevância da multidisciplinaridade dos times e a relevância do engajamento de todos os envolvidos na luta contra a Covid-19”, conclui o prefeito Adriano.

Transformação digital no poder público

O uso da tecnologia nas esferas municipal, estadual e federal é crescente e melhora a relação entre governos e cidadãos. Com o desenvolvimento de ferramentas para converter processos físicos em digitais, por exemplo, a gestão pública se torna mais dinâmica, transparente, eficiente e inclusiva. Por outro lado, a desigualdade socio-digital é um obstáculo para o avanço do processo de informatização dos serviços públicos. Veja estatísticas, boas práticas e oportunidades que sinalizam as tendências.

DIGITALIZAÇÃO MÁXIMA

A digitalização dos serviços públicos é um caminho sem volta. Reorganizar processos para eliminar, ou reduzir ao máximo a necessidade da presença física para a realização de serviços, é a tendência mais forte. Emitir documentos como Carteira Nacional de Habilitação, Carteira de Trabalho, solicitar Seguro-Desemprego, Auxílio Emergencial ou aposentadoria já estão entre os processos digitais, ou pelo menos híbridos.

3 MIL

Serviços oferecidos pelo governo federal totalmente digitalizados.

70%

de todos os 4,3 mil serviços do governo estão digitalizados. Meta é atingir 100% até o fim de 2022.

OLHAR AS OPORTUNIDADES

Os gestores e servidores públicos precisarão ter visão sistêmica. Ou seja, saber identificar os principais marcos institucionais e as tendências sociais, políticas e econômicas nos cenários local, regional, nacional e internacional, para e aperfeiçoar a gestão dos projetos e programas.

PRIMEIRO NO CELULAR

O meio mais usado para acessar a internet no Brasil é pelo celular. Essa demanda requer que o processo de digitalização dos processos públicos seja feito dentro do conceito de prioridade para os dispositivos móveis. Não basta o setor público estar na rede, é preciso estar onde o cidadão está.

SEGURANÇA E PRIVACIDADE

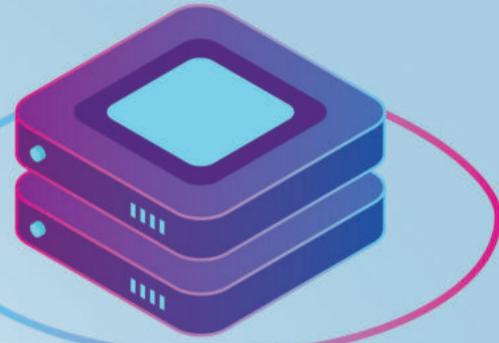
Garantir a cibersegurança é fundamental para o processo de atuação digital no poder público. Medidas devem ser implementadas em nome da confiabilidade dos sistemas e da proteção ao cidadão. A LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), que começou a valer em setembro de 2020, visa garantir a privacidade do cidadão diante dos dados que compartilha, seja com governos ou empresas, e é um marco importante.



R\$ 2 bi

Economia gerada por ano com a digitalização dos serviços públicos federais

Fonte: Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital (2021)



Serviços mais populares na pandemia

- Auxílio Emergencial
- Prova de Vida do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social)
- Pix do Banco Central

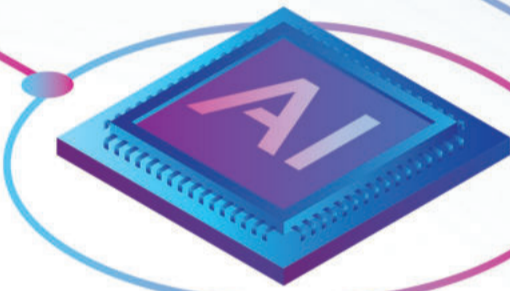
Fonte: Ministério da Economia (2021)

INTELIGÊNCIA DE DADOS

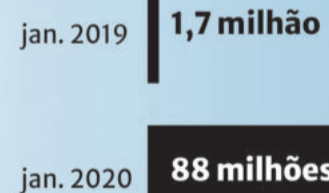
O grande volume de dados públicos obtidos a partir da informatização dos processos de atendimento ao cidadão é a mais rica fonte que os gestores públicos podem ter para tomar decisões que estejam realmente sintonizadas com o que a sociedade precisa. A análise de informações estratégicas permite que os investimentos públicos sejam realizados de acordo com as prioridades efetivamente necessárias.

MENTALIDADE DIGITAL

A integração das tecnologias digitais com os modelos de gestão, processos de tomadas de decisão, geração de produtos e serviços e meios de comunicação interna e externa, são primordiais e exigem que os gestores tenham mentalidade digital, voltada à otimização dos processos por meio da utilização de soluções tecnológicas.



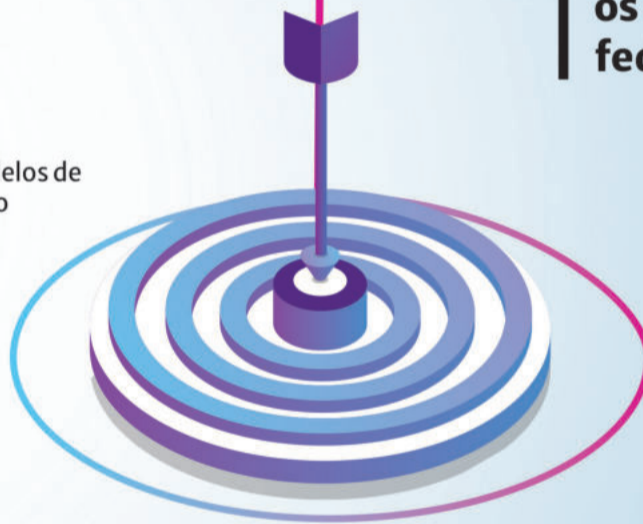
Cidadãos cadastrados no portal que unifica os serviços do governo federal



Fonte: Portal Gov.br (2021)

INTEGRAÇÃO E UNIÃO

Com o avanço do trabalho remoto, a integração de equipes é bem-vinda nas organizações do setor público. Os times devem estar bem integrados para que o desenvolvimento das atividades ocorra de forma fluida. A tecnologia possibilita que plataformas de comunicação e gestão de atividades sejam utilizadas de forma remota, de modo que a produtividade em muitos casos, é aumentada.

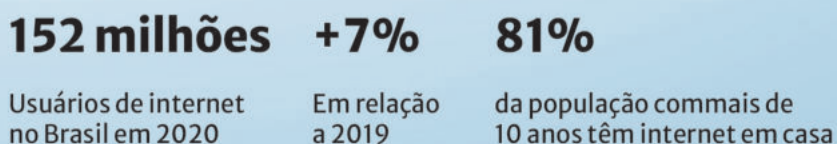


INTEGRAÇÃO FÍSICO-VIRTUAL

Diante de necessidades que exigem a presença física, a solução viável é promover a integração dos canais digitais com os processos físicos, tendo os servidores públicos como facilitadores para intermediar e promover a convergência das ações - parte virtuais, parte presenciais.

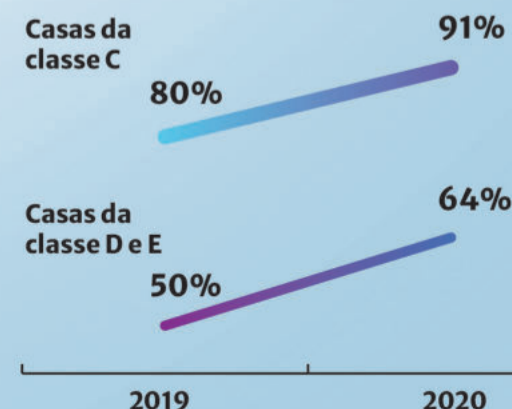
O desafio da barreira social

A desigualdade no acesso à internet no Brasil é um dos principais desafios na implementação plena dos processos digitais de gestão pública.



Acesso à internet por classe social

Comparação entre 2019 e 2020



90%

das casas das classes D e E se conectam à rede exclusivamente pelo celular

Fonte: Comitê Gestor da Internet do Brasil (2021)

f/prefeituradebn @prefsbn

omega



FOTOS - DIVULGAÇÃO PREFEITURA DE BRAÇO DO NORTE / SANTA LÚZIA



De braços abertos para o desenvolvimento

Com uma economia extremamente diversificada, **o município de Braço do Norte está em plena ascensão.** Além de ser um dos principais polos produtores de suinocultura no Brasil, a Capital Sul-Americana da Moldura e Capital Nacional do Gado Jersey **vem se destacando nas áreas industriais e se tornando referência no desenvolvimento socioeconômico,** com alto índice de geração de empregos, investimentos em infraestrutura e mais qualidade de vida aos cidadãos.

O futuro sustentável do sul de Santa Catarina passa por Braço do Norte. Uma cidade repleta de oportunidades para se abraçar. Invista aqui.



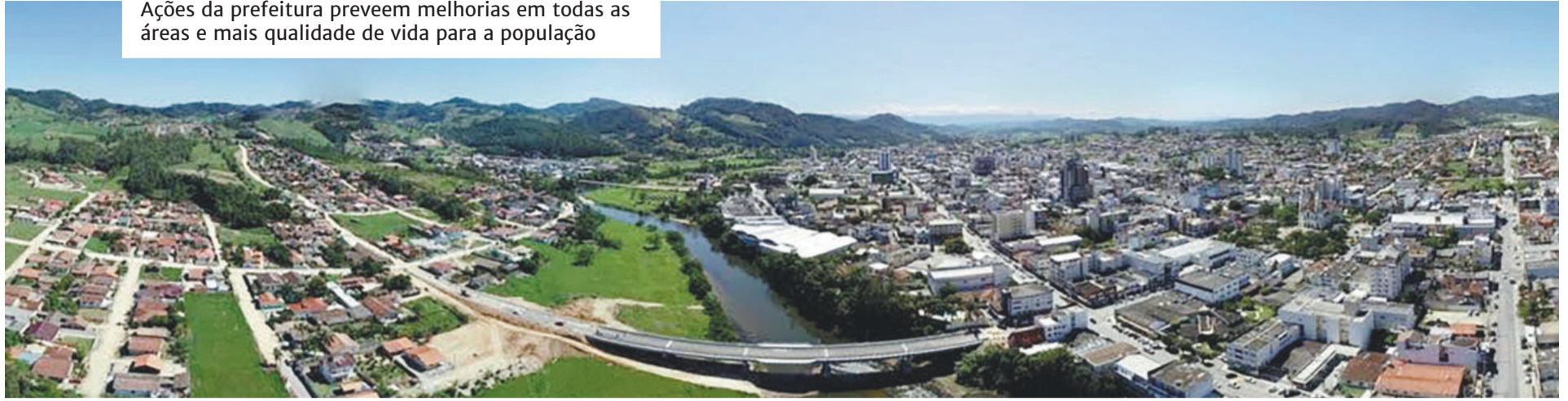
Governo de
BRAÇO DO NORTE
Município Empreendedor



www.
bracodonorte.
sc.gov.br

Ações da prefeitura preveem melhorias em todas as áreas e mais qualidade de vida para a população

FOTOS DIVULGAÇÃO/ND



Prefeitura de Braço do Norte autoriza 40 ações em 50 dias

Os investimentos do Calhamaço de Obras se aproximam dos R\$ 9 milhões. Entre as ações estão autorizações para pavimentações, parceria com as forças de segurança e salvamento, convênios para saúde e educação

O mês de julho foi de muitas ações em Braço do Norte com o Calhamaço de Obras. O programa da Prefeitura de Braço do Norte começou no dia 1º de julho e autorizou 40 ações em 50 dias.

Ao todo foram efetivados aproximadamente R\$ 9 milhões em investimentos entre ordens de serviços para pavimentações, assinaturas de convênios e entregas de equipamentos.

Conforme o prefeito, Beto Kuerten Marcelino, o mês de julho foi curto para tantas

autorizações. “Superando as expectativas, conseguimos finalizar julho com, no mínimo, uma ação por dia, mas não terminou por aí, seguimos no mês de agosto realizando entregas e assinaturas”, comemorou.

Para Beto, o Calhamaço de Obras é mais do que um programa para autorizar ações. “Em cada ato, cada casa, cada bairro visitado é uma emoção diferente. Obras grandes, como a pavimentação da estrada geral do Rio Santo Antônio, onde serão

investidos quase R\$1,5 milhão, são importantes, mas também são essenciais as obras como da rua Eraldi Vicente Alves, de R\$ 17,5 mil. Cada uma tem a sua importância”.

Beto comentou ainda que não tinha visto um programa no Município com tantas ações em tão pouco tempo. “Essas ações são fruto de todo o esforço, do empenho das nossas equipes, da busca de recursos, das parcerias com deputados e da interação com a população que demonstra quais as suas prioridades”, destaca.



Programada para julho, a iniciativa já ultrapassou o mês de agosto e a expectativa é de que as ações continuem em setembro



ACOMPANHE AS AÇÕES REALIZADAS ATÉ AGORA

- ✓ Pavimentação asfáltica: Rua Guilherme Daufenbach – São Francisco – **R\$ 400.069,97**
- ✓ Pavimentação asfáltica Estrada Geral Rio Sto. Antônio – Rio Santo Antônio – **R\$1.427.958,37**
- ✓ Melhorias e Ampliação Quartel PM – No quartel PM – **R\$ 184.350,00**
- ✓ Pavimentação asfáltica: Rua João Francisco de Medeiros – São Francisco – **R\$ 103.819,47**
- ✓ Pavimentação asfáltica: Rua Augusta Aguiar Danielski – São Januário – **R\$ 510.299,69**
- ✓ Pavimentação asfáltica: Rua Sebastião Antônio da Silva – São Januário – **R\$ 101.405,12**
- ✓ Entrega Escavadeira Hidráulica – Em frente à Prefeitura – **R\$ 600.013,80**
- ✓ Convênio Unisul (descontos até 40%) – Unisul/Auditório

- ✓ Câmeras de Monitoramento – **R\$ 44.000,00**
- ✓ Pavimentação Lajota: Rua Valter Sabino da Silva – Floresta – **R\$ 44.824,73**
- ✓ Pavimentação Lajota: Rua Otília João Henrique – Santa Paulina – **R\$ 125.779,95**
- ✓ Pavimentação Lajota: Eraldi Vicente Alves – Floresta/ São Mateus – **R\$ 17.592,84**
- ✓ Aparelhos de Ar Condicionado e Grades – ESF Rio Bonito – **R\$ 100.000,00**
- ✓ Pavimentação Lajota: Avenida Felipe Schmidt – Vila Nova – **R\$ 59.732,07**
- ✓ Pavimentação Lajota: Manoel Antônio Machado – São Basílio – **R\$ 93.251,78**
- ✓ Pavimentação Lajota: José Becker Pereira – Santa Augusta – **R\$ 43.241,06**
- ✓ Castra Móvel – Praça Padre Roer – **R\$ 17.000,00**
- ✓ Pavimentação asfáltica: Nicolau J. Vieira e Adolfo J. da Silva –

- Floresta – **R\$ 469.041,84**
- ✓ Termo de Fomento APAE (ver carro) – APAE – **R\$ 59.006,04**
- ✓ Pavimentação lajota: Madalena Bussolo Schlikmann e Afonso Eloi Vila – Uruguia – **R\$ 119.020,16**
- ✓ Pavimentação lajota: Lauro Mates – Rio Bonito – **R\$ 88.138,52**
- ✓ Pavimentação asfáltica: Expedicionário Luiz Coan – União – **R\$ 345.081,32**
- ✓ Convênio Hospital – Auditório Weber – **R\$ 2.200.000,00**
- ✓ Pavimentação asfáltica: Fridolino Bernardo Heidemann – Rio Bonito/ Sertão – **R\$ 667.875,58**
- ✓ Livros kits sete mil livros destinados às 22 unidades de ensino de Braço do Norte (escolas e CEIs), – **320 mil**
- ✓ Rua Ângelo Volpato – **R\$ 115.355,21**
- ✓ Rua João Bloemer Filho. – **R\$ 40.972,00**
- ✓ Rua Eugênio Uliano, no

- Centro – **R\$ 48,9 mil**
- ✓ Viatura para a Polícia Militar – **R\$ 150 mil**
- ✓ Sede dos Bombeiros – **R\$ 400 mil**
- ✓ Ana Candido Beza, no Loteamento São Matheus, no bairro Floresta – **R\$ 49.029,17**
- ✓ Entregas de **18 matrículas do Lar Legal**
- ✓ Implantação do **Programa de Saúde Domiciliar** – Melhor em Casa
- ✓ Programa Saúde na Hora – **horário estendido na Policlínica**
- ✓ **Garantia R\$ 200 mil** para o CEI – São José
- ✓ **Garantia R\$ 650 mil** para pavimentação na Estrada Geral Azeiteiro
- ✓ **Garantia R\$ 150 mil** para manutenção do Centro Comunitário do bairro Floresta
- ✓ Aquisição de um **micro-ônibus para transporte escolar** adaptado

Descoladas, prefeituras consolidam tendência de se aproximar do cidadão pela internet



Vanessa da Rocha

vanessa.darocha@ndtv.com.br

Lorenzo Dornelles

lorenzo.dornelles@ndmais.com.br

Entre a sequência de memes que circula na internet, uma moda que pegou entre os jovens é a gíria cringe. A brincadeira envolve a geração Z (nascidos entre 1995 e 2015) que fazem piadas com a geração dos millennials (nascidos entre 1980 e 1994), chamando os hábitos desse passado relativamente recente de cringe. Ou seja, vergonhoso, antiquado, ultrapassado. As prefeituras somam mais décadas de existência e não pertencem a essas gerações dos jovens, mas estão atentas com os novos tempos. Definitivamente, os gestores públicos não querem ser chamados de cringe. Por isso, estão inovando na forma de comunicação com o público.

Na pandemia, as redes sociais de instituições públicas passam por evoluções no contato com o público. A abordagem séria e pragmática deu lugar a uma linguagem descontraída e até mais íntima, para aproximar-se do público-alvo. O isolamento e o aumento das pessoas conectadas, que muitas vezes tiveram os celulares como única forma de contato com o mundo por dias e até semanas, provocaram um salto nesse processo. São vários os exemplos de publicações que chamaram a atenção em Santa Catarina.

No contexto da vacinação, onde o envolvimento passou a ser questão de saúde pública, esse foi o grande diferencial.

Não faltam exemplos de prefeituras que ficaram ON, usaram gírias e se desligaram dos entraves institucionais para se aproximar da população e incentivar a imunização. O contato “descolado” parece ser tendência, que se estende a outras campanhas públicas e deve ser cada vez mais comum nas redes sociais de órgãos públicos.

Com o distanciamento social, todos foram para as redes e os órgãos públicos ficaram atentos a esse comportamento para estreitar laços com a população



Linguagem mais solta

A linguagem mais didática e palatável na gestão pública é algo planejado dentro das entidades, como forma de aprimorar a relação do poder com a sociedade.

“Estamos com alguns projetos de linguagem simples, que é uma vertente bastante importante inclusive, do InovaSC. As instituições são estimuladas a fazerem releituras, principalmente dos documentos que são voltados ao cidadão e deixá-los com uma linguagem mais simples, mais amigável, mais compreensível para todos”, diz o promotor de Justiça do MP, Guilherme Zattar.

FOTOS DIVULGAÇÃO/ND



Em Florianópolis, até as placas de obras ganharam alusões ao público jovem e mais “conectado”. O slogan “Floripa No Capricho” tem um emoji substituindo o último caractere

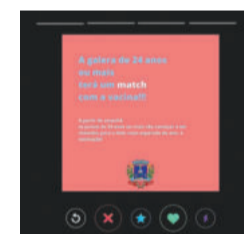
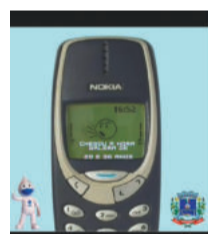
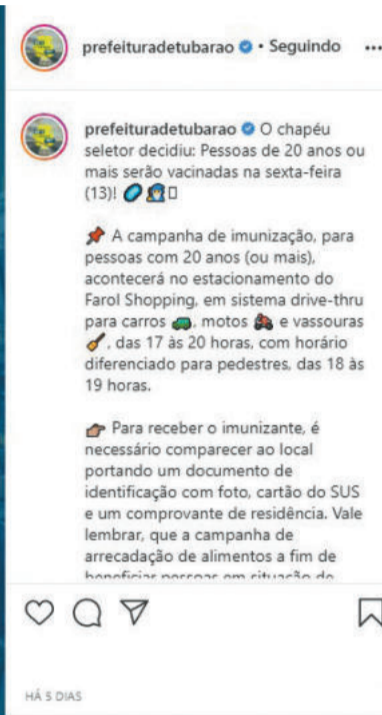
Uma tendência que viralizou nas redes sociais de diversas prefeituras de Santa Catarina foi na hora de convocar os grupos aptos a receberem a vacina contra a Covid-19. A aposta foi utilizar referências bem-humoradas para cada geração.



Prefeitura de Balneário Camboriú usou imagens de High School Musical e funkeiro MC Bin Laden para atrair quem tem 19 e 20 anos



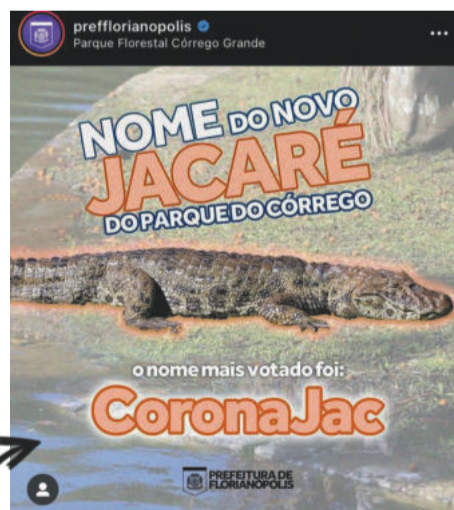
E a moda se espalhou pelo Sul do Estado. A Prefeitura de Tubarão chamou a atenção ao fazer uma brincadeira com o filme do Harry Potter para convocar aqueles que nasceram no mesmo ano da estreia



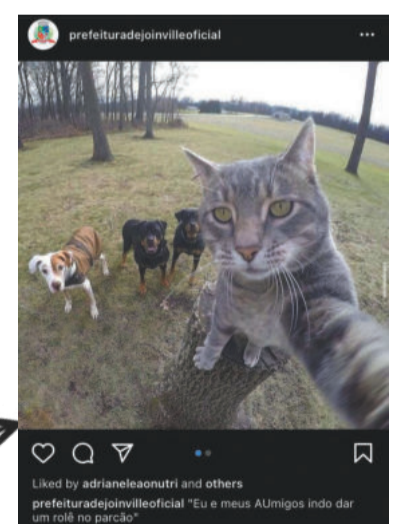
Prefeitura de Nova Veneza foi outra que abusou das referências do mundo pop. Ela criou seus memes próprios com filmes ou tecnologias bem conhecidos de cada geração. Para aqueles com 30 e 29 anos, a brincadeira foi com o famoso "jogo da cobrinha" do celular. O público de 25 anos foi convocado diretamente pelo saudoso MSN, enquanto os de 24 tiveram um "match" com a vacina. Já os de 22 e 23 anos foram avisados com um meme do filme Monstros S.A.



O Ben 10 foi a temática escolhida pela Prefeitura de Florianópolis para chamar a atenção dos adolescentes



A Prefeitura da Capital decidiu consultar a internet para escolher o nome de um jacaré, novo morador do Parque do Córrego Grande. A iniciativa repercutiu nas redes sociais e teve 4.927 votos. O réptil foi batizado de Coronajac, nome que provocou ainda mais engajamento na web



Em Joinville, no Nordeste do Estado, o poder público também costuma apostar em maneiras "diferentes" de atrair o público. Em campanhas para adoção, ou até mesmo incentivo de uso de espaços públicos com animais, a prefeitura utiliza imagens legendadas dos bichinhos se comunicando diretamente com os moradores

A PREFEITURA NA PALMA DA SUA MÃO



BAIXE AGORA O APP
JARAGUÁ NA MÃO
DISPONÍVEL PARA:  



JARAGUÁ DO SUL
PREFEITURA

Jaraguá do Sul investe em inovação e economiza na iluminação pública

FOTOS PMJS/DIVULGAÇÃO/ND

Com a adoção de lâmpadas com a tecnologia LED, município poupa R\$ 27 mil por mês

Desde 2018, a Prefeitura de Jaraguá do Sul realiza várias ações de troca de lâmpadas convencionais por lâmpadas de LED (diodo emissor de luz) em ruas, praças, canteiros e trevos na cidade.

Com essa ação, o município não só consegue economizar no valor da conta de energia elétrica gasta em espaços públicos como também se aproxima mais do conceito de cidade inteligente.

“Considerando a média de pontos que foram trocados por LED, temos mensalmente cerca de 4,0% de economia referente à potência instalada. Já em relação ao valor efetivo da conta de energia, são cerca de R\$ 27 mil de economia mensal, comparando a tarifa de 2018 quando a substituição foi iniciada à de 2021. Isso corresponde a 4% da fatura da Cosip (Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública)”, diz o secretário de Planejamento e Urbanismo, Eduardo Bertoldi.

O secretário afirma também que as luminárias de LED já são uma realidade quando se pensa em urbanismo, e isso ocorre justamente devido aos benefícios que a substituição agrega. Entre eles estão a redução das despesas com energia elétrica, já que produz luminosidade superior com um número menor de watts de potência, e a questão da segurança.



Até o final deste semestre, 10.500 pontos de iluminação devem ser substituídos na cidade

SISTEMAS INTELIGENTES

Outro ponto importante é que a iluminação pública pode ser uma porta de entrada para sistemas inteligentes nas cidades e sua infraestrutura utilizada para criar uma rede que transporta dados e agrega serviços.

Para isso, as novas lâmpadas são equipadas com dispositivos inteligentes e sensores que não só captam dados sobre o desempenho da lâmpada, como ainda podem trazer informações sobre o que acontece no ambiente em que ela se encontra.

As informações seguem para um sistema de gestão e controle

que permite trazer mais eficiência para os serviços públicos. E esse tipo de tecnologia está na base de cidades inteligentes, já que permite a diferentes dispositivos enviar e receber dados pela internet, os quais são interpretados e servem de base para a tomada de decisão dos gestores públicos.

Os dados coletados por meio de dispositivos inteligentes, entretanto, podem ir além e incluir informes como alertas de catástrofes e enchentes; oferta de serviços comerciais em determinada região; controle de semáforos e monitoramento do trânsito, da limpeza de ruas e da qualidade do ar, por exemplo.

Mais qualidade de vida para a população

Os ganhos com os novos equipamentos na cidade se somam a outros benefícios que impactam a qualidade de vida dos moradores. “As luminárias de LED proporcionam iluminação de qualidade, maior durabilidade e geram mais luminosidade, e isso se reflete em mais segurança e mais visibilidade das ruas. Com uma vida útil de 12 anos, impacta também nos custos com manutenção”, explica Bertoldi.

O prefeito Antídio Lunelli lembra que a substituição das luminárias foi uma das primeiras solicitações feitas à Secretaria de Planejamento e Urbanismo, no início da gestão anterior. “E hoje já vemos uma cidade totalmente diferente em relação ao início do nosso primeiro mandato. É uma nova realidade, e pretendemos continuar esse projeto. Também

garante mais segurança ao cidadão, pois possibilita que as pessoas circulem mais à noite, façam suas atividades de caminhada”, enfatiza.

Na primeira etapa do processo de substituição foram instaladas mais de 5.500 luminárias de LED em 250 ruas, 16 praças e outros ambientes públicos. A segunda etapa, que está em andamento e deve ser finalizada neste semestre, abrange mais de 300 ruas.

“Quando concluída, Jaraguá do Sul passará a ter 10.500 pontos com tecnologia em LED, ou seja, 42% do total, abrangendo, além das vias e praças, ambientes públicos como a Arena Jaraguá, o Ginásio de Esportes Arthur Müller, o pátio da Scar e outros”, diz o secretário de Planejamento e Urbanismo do município.



Equipamentos têm sensores que captam dados sobre a lâmpada e o ambiente ao seu redor

Conectados pela inovação, poderes buscam soluções para a sociedade

Iniciativa inédita reúne Executivo, Legislativo e Judiciário, Tribunal de Contas e Ministério Público no *InovaGovSC*

Lorenzo Dornelles

lorenzo.dornelles@ndmais.com.br

Gestores públicos já sentem a necessidade de operar juntos por soluções criativas. No trabalho em equipes conectadas, o objetivo comum de servir o cidadão com excelência. Esse avanço já está no horizonte dos futuros processos da prestação dos serviços públicos. Exemplo disso é o inédito InovaGovSC, que reúne representantes dos poderes e órgãos autônomos com o objetivo de inovar nas práticas administrativas. O lançamento foi em julho, de forma virtual, para

garantir as medidas sanitárias necessárias. Justamente os desdobramentos da pandemia estão entre os fatores que desafiam as administrações.

Os representantes públicos são unânimes em afirmar que, até então, as entidades trabalhavam basicamente sozinhas, com pouco diálogo entre elas. Para o deputado estadual Mauro de Nadal, presidente da AL-SC (Assembleia Legislativa), havia falta de um elo. Cada qual caminhava dentro do seu sistema, buscando aquilo que entendia melhor para o setor. “E agora, essa interligação permite com que possamos fazer essa

troca de informações e até mesmo se utilizar de algo que já está funcionando de um determinado setor e trazer para dentro pro poder ou da forma organizacional da Assembleia, no caso”, afirma Nadal.

“Quando muitos pensam juntos, pensam melhor”, resume o presidente do TCE-SC (Tribunal de Contas do Estado), Adircélio Ferreira Júnior. Ainda em fase inicial, representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público e do TCE têm se reunido semanalmente, para traçar os rumos do trabalho.

COMO FUNCIONA

O InovaGovSC é formado por representantes da área da inovação de cada poder. Reuniões são feitas todas as semanas para definir diretrizes de atuação conjunta. “Definidas as verticais, estamos no processo de estabelecer os objetivos. E não é simples, são muitas frentes de atuação e somos poucos. Já temos o regimento, os cronogramas de reuniões, o plano de ação, agora estamos organizando”, esclarece a gerente de Inovação da SEA (Secretaria de Estado de Administração), Luana Bayestorff, antecipando que um site específico para as informações dos encontros do projeto ainda deve ser criado.

A maior importância é unir esforços para encurtar alguns caminhos, segundo Luana. “Todas as ações que a gente pensava sozinhos, passamos a pensar em conjunto, e aliado a esses órgãos de controle, a gente tem mais facilidade. É o grande benefício”, diz.

“O projeto é importante porque busca trazer a tecnologia para o ambiente de trabalho. Hoje a gente vê que o mundo se comunica através de um celular. Nós estamos acessando todas as informações do mundo, e nós que estamos a frente da máquina pública, que é servir o cidadão, nós precisamos fazer com que as ferramentas façam parte do nosso dia a dia, e com base nessas ferramentas a gente consiga levar oportunidades para as pessoas que vivem no nosso Estado. Esse é o grande objetivo, e a Assembleia Legislativa se insere dentro deste contexto, em que ela permite com que o cidadão consiga acompanhar com mais dedicação e transparência tudo aquilo que acontece no dia a dia do próprio parlamentar e da Assembleia Legislativa.”

MAURO DE NADAL,
deputado estadual, presidente da
AL-SC (Assembleia Legislativa)



“Criar um ambiente integrado de inovação, de desenvolvimento, de ferramentas, de produtos, de técnicas em prol do desenvolvimento do serviço dos serviços públicos. Isso gera, consequentemente, soluções. Criamos um ambiente em que essas soluções podem chegar de maneira mais rápida, mais acelerada, mais testada. E elas são unificadas para o Estado todo, independente de onde se busca esse serviço, independentemente da plataforma que se busca esse serviço, de modo que, aos poucos, a gente vai criando um ambiente de inovação que é do Estado e não do Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas, do governo do Estado, da Assembleia e assim por diante.”

MARCOS BIANCHI,
assessor da presidência
do TJ-SC (Tribunal de Justiça)



Resposta compartilhada

O projeto proporcionou um novo mundo de trabalho entre as entidades. “Com a criação da rede, passamos a trabalhar de maneira integrada no desenvolvimento de projetos paralelos, no desenvolvimento de ideias, no desenvolvimento de conceitos que sirvam para que possam servir para todos os entes”, descreve o assessor da presidência do TJ-SC (Tribunal de Justiça), Marcos Bianchi.

“Isso, primeiro, acelera o desenvolvimentos de ideias e de projetos, porque a gente passa a pensar com cinco organismos e não isoladamente. Segundo, passamos a pensar em projetos sobre serviços públicos de maneira unificada”, completa.

Um exemplo sobre atendimento virtual. Será possível desenvolver uma ferramenta única, que sirva a todo o serviço público e não um específico para cada órgão. “A gente começa a pensar nas iniciativas inovadoras para o Estado como um todo, e não cada órgão, cada representante de poder separadamente”, afirma Bianchi.

Ao melhoram o desempenho das atividades, os representantes públicos esperam entregar uma prestação de serviço melhor ao cliente, o cidadão. “Esperamos ganhar conhecimento daquilo que os outros órgãos já estão um pouco mais avançados do que nós e, em contrapartida, compartilharmos o que eventualmente estejamos um pouco mais avançados, para que haja o progresso mais rápido e uniforme de todos nós nessa área de inovação e tecnologia”, antecipa o promotor do MP-SC (Ministério Público) Guilherme Zattar.

Ambiente favorável para a transformação digital

A integração é “uma iniciativa de inovação”, para o assessor da presidência do TJ-SC, Marcos Bianchi. “Nós unimos os setores de inovação de cada um desses órgãos para criar o Inova-GovSC, à luz do que já existe no governo federal. Para criar um ambiente integrado de inovação, de desenvolvimento, de ferramentas, de produtos, de técnicas em prol do desenvolvimento do serviço dos serviços públicos”, afirma Bianchi.

“Acho que hoje não tem ninguém, seja do setor público, seja do setor privado, que não esteja pensando em inovação, transformação digital, e nós chegamos à conclusão de nos aproximarmos, porque os projetos eram semelhantes e a troca de experiências poderia contribuir para todos”, acrescenta o promotor do MP-SC, Guilherme Zattar.

O presidente do TCE-SC, Adircélio Ferreira Jr., destaca que a evolução buscada pela iniciativa se expande além da tecnologia. “A inovação não se limita apenas à tecnológica, é a inovação no sentido de criatividade, de ter um ambiente propício para soluções inteligentes. O Inova vem nesse contexto”, pontua.

“Nessa área de inovação, a gente percebeu que sim, cada um estava tendo as suas iniciativas, muito embora com contatos esporádicos. Nós já fizemos projetos com a Assembleia Legislativa, já fizemos projetos com Executivo, já fizemos projetos com o Tribunal de Contas e com o Tribunal de Justiça, evidentemente. Mas, não existia uma aproximação para uma troca maior sobre inovação e tecnologia. A gente sentiu um pouco essa necessidade e essa conversa do Ministério Público com o Tribunal de Contas, lá no início do projeto, demonstrou o quanto essa proximidade enriqueceria para todos nós.”

GUILHERME ZATTAR,
promotor de Justiça do MP-SC
(Ministério Público)



“As entidades públicas atuavam de maneira isolada, sem se comunicar umas com as outras. A troca de experiências, o compartilhamento, não só de dificuldades, mas também de ideias acerca das soluções, é fundamental para o aprimoramento de todos, acho que todos crescem com isso. É aquela história, quando muitos pensam juntos, pensam melhor. Então isso é uma cultura que felizmente está mudando no serviço público. A gente tem tido iniciativas de parceria com outros órgãos, como, por exemplo, as compras compartilhadas com o Tribunal de Justiça, com a Assembleia Legislativa, com o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e com o próprio Tribunal de Contas. Então, são iniciativas que caminham justamente nesse sentido de uma maior integração das entidades públicas visando sempre o aprimoramento dos seus serviços.”

ADIRCÉLIO FERREIRA JR.,
conselheiro, presidente do
TCE-SC (Tribunal de Contas)



“Eu acredito que tem a necessidade por conta de cada um de nós estar em um estágio. Mas, a gente depende muito um do outro, vou te dar o exemplo das contratações públicas, o Estado tem o laboratório, a gente já construiu toda uma metodologia, tem todo um rito a ser seguido, mas na maioria das vezes a gente esbarra na questão de contratação, o que pode ou não pode, o que é permitido pela lei ou o que vai ser entendido de uma maneira errada às vezes para o Tribunal de Contas ou que a gente possa ter problema com o Ministério Público, então como eles passam pelos mesmos problemas que nós, por que não construirmos juntos esses regulamentos, essas leis?”

LUANA BAYESTORFF,
gerente de Inovação da SEA
(Secretaria de Estado da Administração)



QUER SEGUIR BEM-INFORMADO? SIGA A ALESC NA INTERNET.

Redes sociais da Assembleia Legislativa de Santa Catarina: você vai curtir.

Acompanhe as informações que realmente fazem a diferença na sua vida: novas leis, enquetes e muito mais. Curta, compartilhe, comente. Faça a cidadania viralizar.

    /assembleiasc
TWITTER • INSTAGRAM • YOUTUBE • FACEBOOK



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA



Alesc investe em tecnologia e faz parte de rede de inovação em SC

ARQUIVO ALESC/ND

InovaGovSC reúne o poder público estadual na execução de projetos e práticas colaborativas

Informações que alcançam todo o planeta em segundos, dados sobre todas as áreas do conhecimento, notícias, vídeos, fotos, nos formatos mais atuais, por meios multimídias, todos na palma da mão, ao alcance de um toque, pelo celular.

Desde o ano 2000, o crescimento e avanço nas tecnologias deu um salto gigantesco e nós, enquanto sociedade, tentamos acompanhar esse ritmo acelerado do mundo contemporâneo. Instituições, empresas, entidades tiveram que se adaptar, aprender mais rápido e o poder público descobrir como incorporar tantas inovações no dia a dia e mais, utilizar isso a seu favor e governar de forma mais inteligente.

Para acompanhar essa evolução, em Santa Catarina, a Alesc (Assembleia Legislativa de Santa Catarina), Governo do Estado, TJSC (Tribunal de Justiça de Santa Catarina), TCE (Tribunal de Contas do Estado) e MPSC (Ministério Público de Santa Catarina) se uniram para criar uma rede de inovação no Estado, a InovaGovSC, lançada em julho deste ano.

A intenção é debater ideias, trocar experiências e promover



Assembleia Legislativa do Estado também aposta em ações sustentáveis e voltadas aos cuidados com as pessoas

ações transformadoras na gestão pública para melhorar o serviço prestado aos cidadãos catarinenses. Na prática, os órgãos se unem na execução de projetos e práticas colaborativas até mesmo em ambiente off-line, com o objetivo de ampliar a eficiência, eficácia e efetividade das ações.

O deputado Mauro de Nadal (MDB), presidente da Alesc, destaca que cada instituição que integra a iniciativa tem implementado projetos inovadores para melhorar o serviço público, mas a união potencializará os ganhos e encurtará caminhos.

“Para nós da Assembleia

Legislativa, inovação não está só na tecnologia, está, sobretudo, nas atitudes. Porque nós representamos gente... E estar presente na vida das pessoas é aquilo que procuramos. Inovação é para nós uma forma de nos aproximarmos da sociedade, está no cuidado com as pessoas, na busca por mais transparência e eficiência na gestão pública e no respeito ao meio ambiente. Inovação é trabalhar em cooperação com todas as instituições em busca de soluções que nos aproximem cada vez mais daqueles a quem representamos, os catarinenses”, ressalta.

Iniciativas da assembleia

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina constrói sua própria história de Inovação. Em 2014, a Lei 16.373 instituiu o Selo Verde para incentivar o plantio de árvores no perímetro urbano nos municípios catarinenses, concedendo o reconhecimento às administrações que assegurassem o número de cinco árvores por habitante.

Dois anos depois foi criado o Programa Carbono Zero, visando a compensação da geração de poluição gerada pela Casa Legislativa por intermédio do plantio de árvores.

Em 2017, foi aprovado o Programa de Gestão Sustentável, que implementou parâmetros e tecnologias em prol da sustentabilidade física dos dois edifícios onde a Alesc está lotada, e também em seus procedimentos administrativos. Entre as ações desenvolvidas estão a instituição da coleta de lixo seletivo, economia de água e reciclagem de papel.

No setor administrativo, a Alesc acaba de adotar o SEI, sistema de gestão de proces-

sos e documentos eletrônicos. Essa prática de trabalho foca na libertação do paradigma do papel como suporte analógico para documentos institucionais e permite o compartilhamento do conhecimento com atualização e comunicação de novos eventos em tempo real.

O programa foi cedido gratuitamente pelo TRF4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região) e resulta em benefícios como redução de custos financeiros e operacionais, criação de plataforma única que permite a análise de fluxos de processos, entre outros.

Como parte da gestão Alesc Sustentável, está em andamento a implantação de placas voltaicas para aproveitamento da energia solar no Palácio Barrija Verde. Além de baratear a manutenção do edifício, a iniciativa vai evitar a emissão de 154 toneladas de gás carbônico.

A inovação também está voltada para o cuidado com as pessoas, respeitando a vocação do Poder Legislativo de representar o povo catarinense.

Grupo de trabalho

A iniciativa, que acompanha o que já é realizado em âmbito federal com a rede InovaGov, começou a ganhar corpo em janeiro de 2020, quando o procurador-geral de Justiça, Fernando da Silva Comin, e o presidente do TCE, conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, formalizaram a criação de um grupo de trabalho para

desenvolver projetos conjuntos de inovação a fim de incrementar a eficiência das ações de controle.

A partir daquela oportunidade, o grupo passou a reunir-se e a envolver integrantes de outros poderes e órgãos. Verificou-se então uma série de interesses, objetivos e dificuldades comuns em defesa da sociedade.

Mauro de Nadal: união das instituições potencializará os ganhos e encurtará caminhos



DIVULGAÇÃO/ND

Pequenas ações, *grandes mudanças*

Reduzir a burocracia, diminuir custos, ganhar tempo e *agilizar processos* são os maiores desejos dentro da *gestão pública*. Em Santa Catarina, a inovação ajuda nesses desafios

Lorenzo Dornellese e
Vanessa da Rocha

redacao@ndmais.com.br

Quando se trata de inovação, se pensa em grandes ações, mas na verdade pequenos atos do dia a dia podem ser inovadores e provocarem grandes mudanças. E por que inovar? Bem, quem inova encontra soluções. A inovação surge da observação de desafios a serem vencidos e da busca criativa por saídas. Então, a pergunta se inverte: por que não inovar? Nas empresas as cabeças inovadoras são desejadas. No meio público não é diferente. E, apesar de existir a imagem de engessamento das instituições públicas, há sim muita inovação.

Exemplos não faltam de inovações tecnológicas que ajudam os setores do serviço público a aprimorar seus serviços por meios digitais. Todos esses processos são recentes, ou ainda estão em fase de desenvolvimento, portanto, existem diversos elementos a serem analisados com atenção pelos gestores. Veja algumas histórias de inovação na gestão pública catarinense.

LABORATÓRIO ENCONTRA SOLUÇÕES E DISTRIBUI PARA OUTROS ÓRGÃOS

O Nidus (Laboratório de Inovação do Governo do Estado de Santa Catarina) foi criado para fomentar a cultura da inovação dos processos internos do governo catarinense e identificar problemas complexos.

Há conexão entre os órgãos, estabelecimento de problemas a resolver, acompanhamento dos resultados e observação das soluções que funcionaram para serem aplicadas em outros órgãos. Luana Bayestorff é gerente de inovação da Secretaria de Estado da Administração e coordena o Nidus. Ela diz que são 8 órgãos conectados com 28 desafios estabelecidos, sendo que 18 já foram resolvidos.

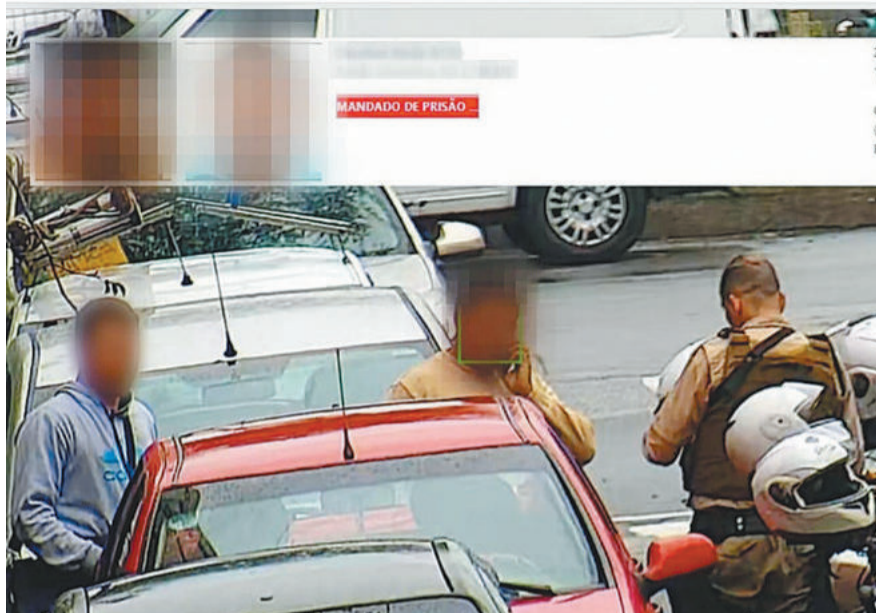
Conforme Bayestorff, a transversalidade do serviço é um dos pontos mais importantes. “Foi estabelecida uma metodologia de mapeamento de desafios em ciclos (curto, longo e híbrido), para detectar pontos fracos e fortes do demandante, as áreas que mais demandam atenção e as oportunidades transversais que podem ser utilizadas também para outros órgãos”, diz.

Um exemplo prático do Nidus é o uso do reconhecimento facial. A solução foi mapeada para a Polícia Militar que precisava da tecnologia para auxiliar na identificação de suspeitos através do uso de tablet nas ocorrências policiais. A mesma tecnologia foi útil para a saúde na medição de temperatura nas ações de enfrentamento à Covid-19 e também para os idosos fazerem prova de vida. “É uma tecnologia que a gente vislumbrou e que pode ser utilizada em várias secretarias. Com o Laboratório de Inovação no centro de tudo isso, a gente consegue enxergar o todo e assim atacar esses locais que a gente prospecta para que possam ser aplicadas essas soluções.”

Em fevereiro o governo do Estado implantou a primeira catraca eletrônica com reconhecimento facial, instalada no Centro Administrativo, em Florianópolis, para controlar o acesso dos servidores públicos

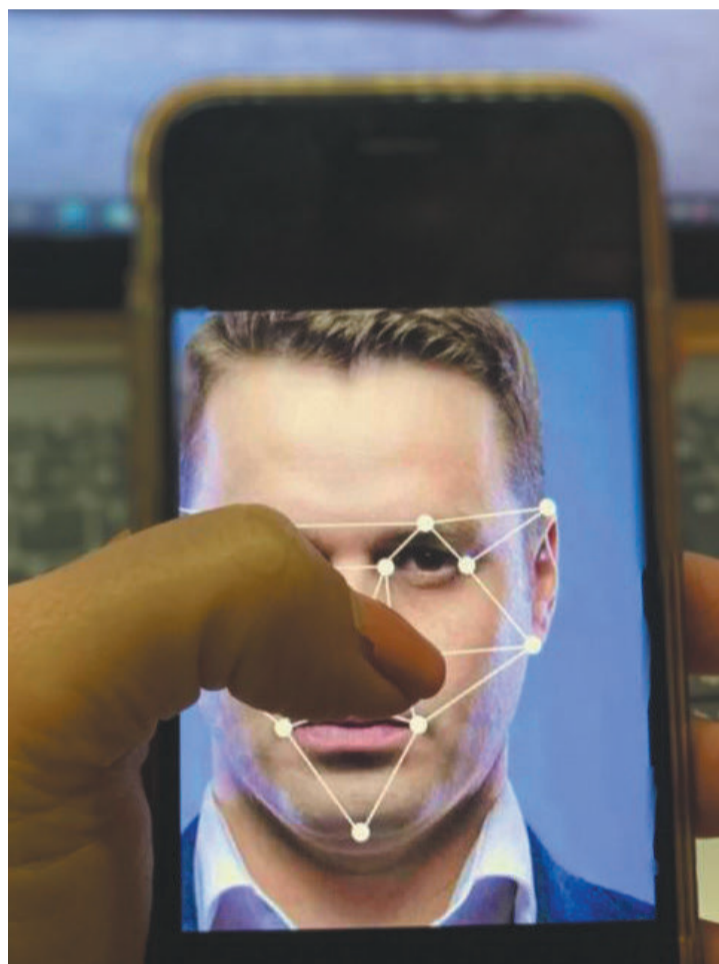
FOTOS DIVULGAÇÃO/ND





Veículo usado pelo TCE-SC circula pelas rodovias do Estado para checar se o dinheiro público está sendo aplicado de forma adequada

Polícia Militar catarinense usa reconhecimento facial para auxiliar na identificação de suspeitos através do uso de tablet . nas ocorrências policiais



Eliminação de papéis para reduzir custos e agilizar processos

Todos os atos oficiais precisam ser registrados e, por isso, há tanto papel para assinar e passar de gabinete em gabinete. Mas se o papel for reduzido, a burocracia pode diminuir e, ao mesmo tempo, os registros podem continuar ocorrendo de forma virtual. A digitalização do serviço público é uma tendência. No governo federal já são mais de 3 mil serviços oferecidos de forma digital. Em Santa Catarina não há um balanço, mas há um forte movimento de migração para o digital em todas as esferas do poder.

Na Alesc (Assembleia Legislativa de Santa Catarina) está sendo implementado o SEI (Sistema Eletrônico de Informações). O foco é que toda a movimentação das leis ocorra de forma virtual. O presidente da Alesc, deputado Mauro de Nadal (MDB), diz que a implantação será concluída até o final do ano. Cada assinatura entre um trâmite e outro de comissões vai ocorrer de forma virtual. “Além disso, também vamos levar todas essas informações e tramitações para a mão do nosso deputado através de um tablet”, diz.

Debate de ideias para aproveitar potencial intelectual e criativo

O Tribunal de Justiça também criou um laboratório de inovação chamado de Judlab (Laboratório de Inovação do Poder Judiciário) e que reúne servidores para debater e criar projetos de inovação para a Justiça catarinense. A ideia é aproveitar o “potencial intelectual” das equipes, diz o assessor da presidência do tribunal, Marcos Bianchi.

O projeto foi criado no ano passado. “Qual é a lógica de trabalho do Judlab? O Poder Judiciário tem mais de dez mil colaboradores, fazendo atividades muito semelhantes. Então é um tremendo potencial de inovação. O Judlab visa fomentar e aproveitar esse potencial intelectual com o debate de ideias”, diz Bianchi.

Também para incentivar o debate e inovação, o Ministério Público do Estado criou o ImpulsoLab, considerado o primeiro caso de política de inovação dentro de um Ministério Público no Brasil. As tratativas começaram em 2018 e se consolidaram durante a pandemia. “O nome não é à toa, é impulso porque nós da inovação nos propusemos a impulsionar projetos de outras áreas. Nós não temos a pretensão de ter a exclusividade da inovação, pelo contrário, a gente quer fomentar que todos inovem”, diz o promotor de Justiça do MP, Guilherme Zattar.

Furgão faz fiscalização itinerante nas estradas catarinenses

O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina tem técnicos que passam o dia analisando documentações e checando se o rito das finanças públicas está sendo seguido. São número e planilhas. Mas o órgão decidiu ir além dos gabinetes e literalmente colocar o pé na estrada. Um furgão passou a circular pelas rodovias para checar se o dinheiro público está sendo aplicado de forma adequada e conforme consta no papel (ou no registro eletrônico).

A unidade móvel do Laboratório para Análise de Obras Rodoviárias do TCE já circulou por diversas estradas. O pre-

sidente do TCE (Tribunal de Contas do Estado), Adircélio Ferreira Júnior, destaca que há um grande número de projetos em andamento para promover inovações dentro do órgão.

“Temos passado por um processo que busca dar um maior dinamismo na nossa atuação, então há questões analógicas mal resolvidas, digamos assim, que a gente está enfrentando, e por meio da inovação. Temos procurado fazer isso”.

O principal objetivo é dar mais celeridade aos ritos e cortar passos analógicos e desnecessários. “Temos apostado muito nisso, em cruzamento de informações

para melhor aproveitamento das nossas atividades com análise inclusive preditiva de dados, afim da gente ter um diagnóstico possível futuro e com isso a gente melhor direcionar as nossas ações. Então são várias iniciativas, e que e que já trazem resultados.”

A série de ações e programas são desenvolvidas dentro do órgão desde 2019, através do InovaTCE. O projeto tem três linhas de atuação: pessoas, processos e tecnologia. O objetivo é ter a inovação como um dos pilares do desenvolvimento profissional e atividades institucionais.

A ADVOCACIA CATARINENSE TEM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO PARA CHAMAR DE SUA.

*Uma cooperativa de crédito feita por Advogados(as) para Advogados(as).
Esse é o motivo pelo qual entendemos as necessidades dos nossos cooperados.
Vem fazer parte!*

Saiba mais em:
www.sicoobadvparana.com.br
[@sicoobadvocacia](https://www.instagram.com/sicoobadvocacia)

Sicoob Advocacia avança em inovação, sempre focada nas pessoas

Cooperativas fomentam a economia criativa e impulsionam as comunidades onde atuam

Em uma época de incertezas sobre o futuro e inúmeros desafios, potencializados pelas mudanças impostas pela pandemia de Covid-19, o cooperativismo de crédito tem sido um importante alicerce e uma alavanca para a economia mundial.

Em evidência hoje como tendência e impulsionado pelo salto tecnológico ocorrido pelo menos nos últimos 20 anos, que a cada dia conecta mais pessoas, instantaneamente, o conceito de economia compartilhada é a essência do modelo cooperativista desde o início das suas atividades. A participação nos resultados e os benefícios revertidos pelo sistema para as comunidades onde as cooperativas estão inseridas são seus principais diferenciais.

Nos últimos 15 anos, a Sicoob Advocacia, uma instituição financeira cooperativa especializada em atender o segmento, filiada ao sis-



FOTOS DIVULGAÇÃO/ND

Cooperativismo de crédito tem sido um importante alicerce e uma alavanca para a economia mundial

tema Sicoob (Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil), avançou significativamente, avalia o presidente da entidade, Gaspar Laus.

“Transformar nosso sonho em realidade, tirarmos a cooperativa de uma pasta e transformar em realidade em termos uma cooperativa de crédito, para atender a advocacia. Neste período evoluímos muito, hoje estamos atendendo o setor em 11 cidades do Estado,

com PA’s ou Escritórios de Atendimentos e também expandimos as atividades para o Paraná”, analisa.

MELHORIAS PARA O ESTADO

Entre os avanços conquistados pelo segmento no Estado, o dirigente destaca os investimentos e crescimento em inovação, por meio da capacitação interna dos colaboradores da entidade. “Também

ampliamos o desenvolvimento de produtos criados para ofertamos aos nossos cooperados as melhores soluções financeiras”, afirma.

O crescimento do sistema também se reverteu em benefícios para Santa Catarina. Segundo o presidente da instituição, além da criação de empregos e renda, as iniciativas da Sicoob Advocacia também levaram ganhos sociais e financeiros às comunidades catarinenses.

“Sabemos que as tendências serão as formas digitais em suas plataformas de atendimento, teremos que ser ágeis e estarmos prontos, porém sem nunca deixarmos nosso diferencial, que é o calor humano”.



Gaspar Laus, presidente da Sicoob Advocacia

Saiba mais sobre a instituição

A Sicoob Advocacia é uma instituição financeira cooperativa especializada em atender o segmento, filiada ao sistema Sicoob, regulamentada e fiscalizada pelo Banco Central do Brasil. Constituída por uma sociedade de pessoas, sem fins lucrativos, a entidade oferece os mesmos produtos e serviços de um banco comercial, disponibilizando aos cooperados soluções e oportunidades financeiras de forma humanizada e sustentável.

Entre os diferenciais oferecidos pela entidade estão o atendimento personalizado e gerente exclusivo; produtos e serviços tradicionalmente bancários com tarifas reduzidas ou isentas; taxas diferenciadas tanto nas linhas de crédito quanto em investimentos.

Quanto mais a pessoa utilizar a sua cooperativa, maior será o retorno sobre as sobras (resultado financeiro) apuradas em cada exercício.

As cooperativas também revertem os resultados financeiros em melhorias para as comunidades nas quais atuam, movimentam suas economias e impulsionam o seu crescimento.



O crescimento do segmento gerou emprego e renda em Santa Catarina

Desafios para os próximos 15 anos

Para o futuro, o presidente da entidade diz que a intenção é levar a inovação e cada vez mais a profissionalização da cooperativa. “Sem nunca deixarmos de lado a interação da pessoalidade que temos hoje, que é o grande diferencial. Nossos colaboradores avançam com a tecnologia, mas sempre estarão à disposição para ouvir nossos cooperados e também nossa

diretoria, conselhos e o presidente, ressalta o dirigente. Ele diz ainda que os planos da Sicoob Advocacia para o futuro já começaram a ser colocados em prática. “Inauguramos nosso primeiro PA em Curitiba, junto à sede da OAB/PR (Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná), no mês passado, e sem dúvida, queremos crescer muito em nosso Estado vizinho”, explica.

Para alcançar esses resultados, ele acrescenta, a entidade já começou a rever o planejamento estratégico para os próximos quatro anos. “E como sonhamos juntos e um sonho que se sonha junto vira realidade, tenho certeza de que no futuro poderemos estar atendendo a advocacia nacional, quero crer ser este o grande desafio para os próximos 15 anos, finaliza Gaspar Laus.

Robôs em ação para raspar dados e monitorar a gestão pública

Técnica que ajuda na *participação popular* e promove *transparência* pode crescer com avanço da tecnologia; site Querido Diário usa o método para reunir *informações dos diários oficiais* dos municípios

VANESSA DA ROCHA

vanessa.darocho@ndtv.com.br

A técnica de data scraping, que significa raspagem de dados, utiliza métodos computacionais (conhecimento em programas especializados) para extrair os dados escondidos em documentos on-line. Por meio do serviço de raspagem é possível organizar os dados e utilizá-los de forma útil para fazer cruzamentos de informações e descobertas.

Um exemplo do uso: no portal da transparência dos governos há informações dos gastos públicos, mas muitas vezes estão disponíveis versões em PDFs, de forma que não é possível aglutinar as informações para ter um somatório ou então relacionar períodos de tempo para acompanhar a evolução das despesas.

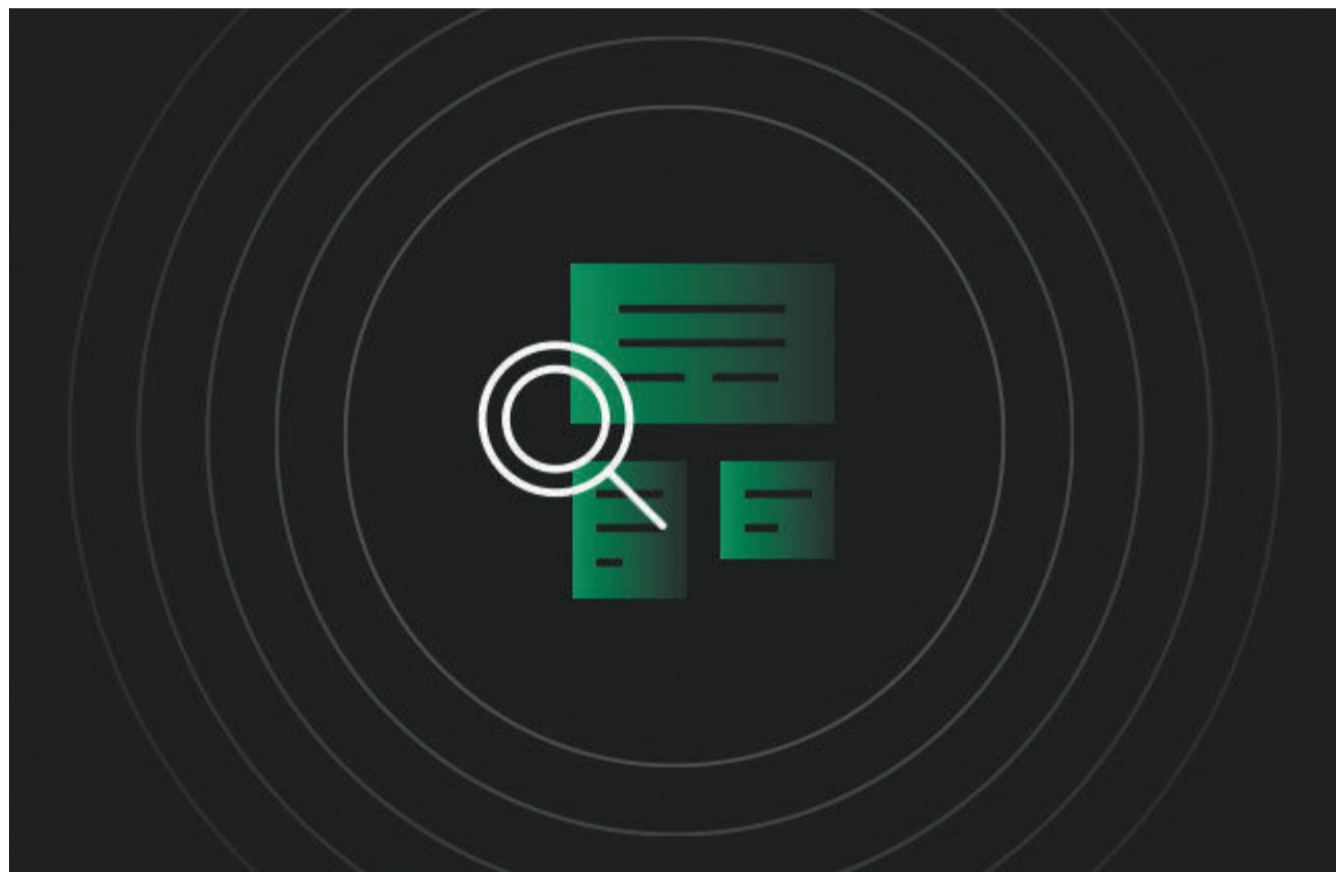
A técnica é muito utilizada por jornalistas em investigações, mas também é cada vez mais útil no gerenciamento de empresas. Com esses conhecimentos é possível varrer sites e obter informações estratégicas para a tomada de decisões. Orçamentos, monitoramento de concorrência e até elaboração de estudos podem ser feitos por meio desse método que combina diversas habilidades científicas.

INICIATIVA PELA TRANSPARÊNCIA

E como facilitar o acesso de informações públicas? Em busca de soluções para essa questão, a organização não governamental OKBR (Open Knowledge Brasil) criou um site com o objetivo de estimular a transparência. O portal se chama Querido Diário e foi lançado em julho. O projeto ainda está em fase de implantação, mas nasceu robusto e é iniciativa relevante do ponto de vista de participação social.

Nas primeiras semanas de uso já há resultados práticos. O coordenador do programa Ciência de Dados para Inovação Cívica na OKBR, Giulio Carvalho, conta que uma jornalista teve a ideia de filtrar o termo Covid para ver a relação de atos oficiais e a partir daí identificou o tempo que as medidas foram tomadas em relação aos momentos de colapso na saúde para identificar se as medidas de governo atuaram na prevenção ou ocorreram de forma tardia.

"É um estudo de caso bem interessante e a gente quer que as pessoas usem para situações desse tipo", reflete Carvalho.



FOTOS DIVULGAÇÃO/ND

Plataforma criou "bots" para filtrar e organizar as publicações de diários oficiais

A plataforma Querido Diário usa robôs para 'raspar' publicações governamentais de cidades. Através do mecanismo de pesquisa, é possível que qualquer pessoa faça buscas por conteúdos com o uso de palavras-chave, municípios ou datas. Até agora, a plataforma mapeou os diários oficiais de 597 municípios, o que equivale

a 10,7% das cidades brasileiras.

Ao digitar "Florianópolis" na busca, aparecem mais de 400 páginas e 4.014 resultados encontrados em um mês de existência da plataforma. Em Santa Catarina, são 63 municípios mapeados, o que equivale a 21,36% das cidades do Estado. É possível ordenar os resultados por relevância ou por data.

Por que acompanhar o Diário Oficial?

A legalidade dos atos é um dos pilares da gestão pública. Então, todos os atos precisam ser registrados. A contratação de servidores, exonerações, férias e compras são exemplos de atos que precisam de registro. Isso impulsiona outro pilar, que é a transparência. A população precisa ter acesso a essas informações. No entanto, nem sempre o acesso é facilitado. Muitos portais ficam escondi-

dos, enquanto deveriam ter destaque.

Outro obstáculo é a dificuldade de pesquisa, de filtrar os assuntos por tema. Por exemplo, se a população quer saber o quanto é gasto com café na esfera pública, deveria colocar num campo de busca e encontrar essa informação com facilidade, no entanto isso nem sempre acontece. O Querido Diário criou a plataforma para facilitar esse acesso.

Barreiras digitais e escaneres impedem trabalho

Para quebrar as barreiras da transparência será necessário um exército de robôs treinados para a missão. É que os portais onde são divulgadas as informações não são amigáveis para a busca e raspagem de dados. Conforme Carvalho, os robôs da OKBR estão encontrando dificuldades. "Tem muitos dados hoje que são escaneados e isso é um problema. Você tem o PDF, que são imagens escaneadas, e aí a gente tem que extrair o conteúdo que não está num formato livre", diz.

Plataforma indica que desenvolvedores precisam usar formatos abertos

O ideal seria que as publicações ocorressem em HTML ou outro formato amigável para a raspagem. "Esse deveria ser um padrão a ser seguido e a gente poderia baixar a base completa de forma tranquila".

A meta do grupo é ampliar a plataforma e ajudar os municípios e desenvolvedores na construção de ferramentas de tecnologia. "A gente pensa que o Querido Diário é um grande compilador de padrões. A gente está vendo que depois poderemos ajudar esses órgãos publicadores a criar essa plataforma de publicação ideal adaptando à realidade de cada um. Provavelmente mais no futuro a gente tem a intenção de criar esse diálogo e ajudar os fabricantes a divulgarem de um jeito mais aberto também".

SAIBA COMO FUNCIONA UM ROBÔ DIGITAL

✔ Também conhecidos como bots, os robôs digitais são softwares desenvolvidos para simular a ação humana de forma padronizada e repetida na internet. O ideal seria que todas as informações públicas estivessem abertas, mas nem sempre é assim. Então para fazer um mapeamento de contracheques, por exemplo, em que há uma lista de links mês a mês, uma pessoa teria que clicar em cada link e copiar as informações de cada um. No entanto, através de conhecimento de programação é possível criar um software que faz isso automaticamente. Chamado de robô, esse software recebe o comando para clicar em todos os links e depois extrai as informações para uma planilha para que as informações sejam lidas e trabalhadas com facilidade.

✔ Veja se o seu município está no site <https://queridodiario.ok.org.br>



Treinamento de profissionais para rastrear dados oficiais



Equipe da OKBR participa de debate sobre governo aberto

BALCÃO DA CIDADANIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Inovação para garantir os direitos de quem mais precisa.

O Balcão da Cidadania é uma inovação da Câmara Municipal de Florianópolis para atender pessoas de baixa renda que vivem na cidade. Por meio dele, de forma ágil e simplificada, é possível ter acesso a uma série de serviços, sem custo, que são indispensáveis para o exercício da cidadania.

Conheça os serviços do Balcão da Cidadania



Emissão de RG agende o atendimento para fazer seu RG sem filas. Pessoas com atendimento preferencial podem ir direto ao Balcão da Cidadania.



Solicitação de isenção de certidões de nascimento e casamento sem agendamento.



Solicitação de isenção da taxa de casamento civil em Florianópolis.



Solicitação de certidões de casamento e nascimento de outros Estados.



Elaboração e impressão de 10 cópias do seu currículo profissional.

Horário de funcionamento

De segunda a sexta, das 8h às 18h. Térreo da Câmara Municipal de Florianópolis - Rua Anita Garibaldi, 35, Centro.



Para mais informações, acesse cmf.sc.gov.br/balcao-da-cidadania ou aponte a câmera do seu celular para o QR Code.



PORQUE SE É UM DIREITO SEU, É UM DEVER NOSSO.

O BRASIL
QUE DÁ
CERTO,
COMEÇA
AQUI



R\$400
MILHÕES EM
SETE PROGRAMAS.
O MAIOR INVESTIMENTO
DA HISTÓRIA DE CRICIÚMA.



Criciúma investirá R\$ 400 milhões em obras e iniciativas até 2024

FOTOS DIVULGAÇÃO/ND

Maior pacote já lançado na cidade prevê ações nas áreas de saúde, mobilidade urbana, lazer, iluminação, tecnologia, entre outras

Criciúma lançou neste mês o maior pacote de obras já anunciado na cidade, o programa Brasil que dá certo, com investimento de mais de R\$ 400 milhões em obras de infraestrutura, mobilidade urbana, educação, iluminação, tecnologia e lazer até 2024.

“Criciúma está alegre, caminhamos para a frente com trabalho, determinação e garra. Agradecemos o governador pela parceria e multiplicaremos cada centavo repassado”, destaca o prefeito do município, Clésio Salvaro.

O governador Carlos Moisés ressalta os investimentos feitos em municípios da região. “São obras importantes que atendem demandas da população e efetivam o trabalho do Estado, que é levar desenvolvimento a todos os municípios”, afirma.

Para a realização da iniciativa, foram criados sete pilares que irão direcionar as obras e ações e terão parcerias dos governos estadual e federal, além de órgãos internacionais.

Um dos destaques da

iniciativa é a área de educação, que deverá receber mais de R\$ 100 milhões até 2024. Por meio do Criciúma Educa serão construídas novas escolas, ampliados e reformados espaços, instaladas salas makers, construídos ginásios de esportes e qualificados os professores do município.

INCENTIVO À ECONOMIA

Outras diretrizes do programa são a atração de investidores e consolidação dos negócios locais, assim como a expansão das obras estruturantes com mobilidade urbana, saúde e lazer.

Será ainda realizada a pavimentação de todas as ruas do perímetro urbano de Criciúma e a iluminação pública será revitalizada.

O pacote prevê também serviços de informatização e desburocratização na abertura de novas empresas, além de obras de manutenção e limpeza de todos os espaços e equipamentos públicos. Somando estas ações, serão aplicados recursos de R\$ 245 milhões nos próximos anos na cidade.



Educação deverá receber mais de R\$ 100 milhões nos próximos três anos

Centro de Inovação

Durante o lançamento do pacote, na última quinta-feira (26), foi assinada a ordem de serviço que autoriza o início das obras de reforma, reconstrução e ampliação do Centro de Inovação de Criciúma, Complexo Educacional Nereu Guidi. Para as obras serão repassados R\$ 8,4 milhões. A assinatura contou com a presença da reitora da Unesc, Luciane Ceretta, representante do Comitê de Implantação do Centro de Inovação da Região Carbonífera.



Infraestrutura, ensino e outros setores serão contemplados com os recursos



Entre outras estruturas, está prevista pela iniciativa a construção de ginásios de esporte no município

Parcerias com o governo do Estado

Também foram firmadas parcerias entre o município e o Governo do Estado para complementar investimentos e ações na cidade. Foram assinados convênios para pavimentações no valor de R\$ 29,9 milhões, com destaque para o elevado na rua Virgínio Conti, que fará ligação entre os bairros Cristo Redentor e Ana Maria, e

tem previsão de investimento de R\$ 5 milhões.

Por meio da Casan (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento) foi assinado convênio de R\$ 26 milhões para recuperação da pavimentação que sofreu intervenção por causa das obras de esgotamento sanitário na região da grande Próspera. Por meio de emenda

parlamentar do deputado estadual Felipe Estevão, também foi oficializado o repasse de R\$ 200 mil para a implantação do Núcleo de Saúde Coletiva do Sul do Estado. Foi ainda sancionada a Lei que autoriza a doação de um imóvel do Município de Criciúma para a AMA (Associação de Pais e Amigos dos Autistas) da Região Carbonífera.

Transparência é essencial para combater a corrupção

Um dos pioneiros no jornalismo de dados no Brasil, o jornalista Fabiano Angélico tem experiência em temas ligados à transparência, inovação e integridade no setor público. Tornou-se um dos líderes em defesa de projetos de lei de transparência governamental e elaborou o primeiro grande estudo sobre a Lei de Acesso à Informação Pública no Brasil.

Formado em jornalismo e com especialização em transparência pela Universidade do Chile e mestrado em administração pública na Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, Fabiano acredita que estamos em um momento histórico de transformações na sociedade. Mas, para ele, a gestão pública precisa acompanhar o ritmo das transformações no país. “É preciso inovar mais, é preciso ter mais esforço por parte das lideranças políticas e das lideranças da sociedade em geral”, pontua Fabiano.



FÁBIO ABREU/ND

“**A gente não elimina a corrupção. Mesmo onde esse problema é bem menor ele ainda existe. O que a gente costuma falar nesse campo de pesquisa de atuação é o controle da corrupção. A gente precisa sim controlar a corrupção. A transparência ajuda nisso e é absolutamente crucial nesse movimento.**”

O futuro da gestão pública passa pela transparência? Qual é a importância da transparência daqui para a frente na gestão pública?

Eu acho que é crucial. A gente está em um momento histórico de muitas transformações na sociedade, nas relações em geral, relações econômicas, sociais. Mesmo antes da pandemia a gente já vinha nessa transformação chamada quarta Revolução Industrial e a gestão pública precisa se modernizar. Muitas vezes as coisas acontecem com uma velocidade muito maior na sociedade e a gestão pública precisa correr atrás. E acho que a pandemia mostrou a importância disso. De fato alguns processos e projetos de transformação digital do Estado começaram a se acelerar a partir da pandemia, mas é preciso inovar mais, é preciso ter mais esforço por parte das lideranças políticas e das lideranças da sociedade em geral.

O senhor acha que a gente consegue eliminar toda a corrupção através da transparência?

Em primeiro lugar eu acho que é importante a gente entender que a gente não elimina a corrupção. Mesmo onde esse problema é bem menor ele ainda existe. O que a gente costuma falar nesse campo de pesquisa de atuação é o controle da corrupção. A gente precisa sim controlar a corrupção. A transparência ajuda nisso e é absolutamente crucial nesse movimento. Agora imagina uma casa, um prédio sendo construído, você precisa começar pelas bases. Então ali você tem o terreno, a terraplanagem, você coloca as colunas, a estrutura inicial para suportar o edifício. A transparência é absolutamente fundamental e crucial, é o fundamento, é a base de tudo, mas não basta, não é o bastante. O importante é que as informações, o conhecimento que vêm à tona, as notícias, enfim, a partir das políticas de transparência, é preciso que elas sejam usadas pelos órgãos de controle. O judiciário pode usar essas informações e realmente punir. Quem cometeu ato de corrupção e fez reformas para que aquele tipo de crime que

aconteceu não ocorra mais, mas então a transparência por si só não é o bastante. Nos últimos anos, na nossa situação atual tem avançado nesse sentido. A gente ainda está estagnado, a administração pública no geral no Brasil. Porque são três poderes, mais o Ministério Público, aí você tem União, Estados, municípios, então é muita diversidade. Acho que a gente está num momento muito ruim de retrocessos e é preciso que a gente, a sociedade como um todo, fique atenta para esses retrocessos e não permita muito retrocessos, porque senão a gente vai chegar num ponto em que vai voltar para aquele modelo da pré-Constituição de 1988. Transparência nenhuma.

Quais são os caminhos para a gente conseguir promover a transparência? Isso é acessível ao público? Existe caminho para isso?

Existem ações, ferramentas e políticas bem interessantes sobre linguagem natural para deixar informações mais acessíveis para o grande público. Acho impor-

tante que isso exista para que uma quantidade maior de pessoas possa ter acesso. Isso é absolutamente fundamental. E tão fundamental quanto a gente cobrar das autoridades e de quem realmente tem poder de mobilização, poder de ação, que façam a sua parte. Porque assim você tem duas coisas diferentes aí. Uma coisa é o lado didático, que é educativo, de você realmente passar informação para mais pessoas com uma linguagem natural super importante. Agora uma outra coisa é você exigir das autoridades que já têm acesso a informação e muitas vezes tem poder para pedir aquele dado, aquele documento, que por acaso não está no portal da transparência, que eles façam a sua parte. A gente tem Ministério Público em todos os Estados, a gente tem polícia que também é investigativa em todos os Estados, a gente tem Polícia Federal, do governo federal, Ministério Público Federal, a gente tem instrumentos. Agora, essas pessoas, essas instituições, têm que fazer sua parte. E também deputados estaduais ou federais precisam atuar para que governadores e presidentes não cometam crimes. Existem ainda falhas nesses mecanismos.

O papel da gestão, dos governos, é deixar isso um pouco mais didático, um pouco mais fácil. No geral as prestações de contas estão lá, mas para o público em geral não é tão acessível, não é tão fácil chegar neles e também não é atrativo, né? É papel do governo tentar deixar isso um pouco mais fácil, mais visível?

Sim, eu acho que é papel dos Estados e do governo sim. Agora eu acho que a gente precisa ter um pouco mais de senso de realismo para entender que na imensa maioria das vezes aquele gestor que detém o poder ele não quer compartilhar informação, já tem uma frase que foi dita por um filósofo há 500 anos que informação é o poder. Então o cara que tem o poder ele não quer compartilhar o poder. Acho que é ingenuidade a gente achar 'não, por favor, compartilhe mais informação, seja mais transparente', é ingenuidade, isso não vai acontecer por um ato de generosidade. Isso só vai acontecer quando alguém obrigar o gestor a fazer. Daí ele perceber que se não foi sincero, vai ser preso. Aí ele concorda em compartilhar alguma informação para se tornar mais transparente. É papel da gestão ser mais transparente, mas a gente não vai fazer isso só pedindo por favor. A gente precisa botar uma pressão forte. Existem vários projetos da sociedade civil,

das universidades, que são super interessantes e são nesse sentido. O projeto Meu Querido Diário é super legal. O Diário Oficial é uma ferramenta super relevante, mas em geral é escrita numa linguagem super burocrática, um juridiquês difícil de penetrar. A gente precisa ter centenas de projetos assim. É por isso que eu digo que é importante que toda a sociedade se mobilize, cada um da sua maneira, cada um no limite das suas possibilidades e ferramentas e conhecimentos, mas cada um trabalhando um pouco em prol disso talvez a gente consiga fazer com que a gestão se abra mais.

Tendo em vista toda essa movimentação e até a tecnologia nos auxiliando a ter mais acesso a essas medidas, a gente já vê resultados ou vai passar a ver do próprio comportamento dos políticos?

Eles dizem muita coisa nas eleições, mas depois, quando vão fazer, esquecem ou percebem que é mais difícil fazer do que falar. Por que também tem os desafios da gestão. Acho que também a gente tem que entender que não é passar o recado de que todos os gestores públicos são ruins, são maus e que só funcionam na base da pressão. Acho que tem muita coisa boa na gestão pública brasileira. A gente costuma ver as notícias e os comentários das coisas negativas. E é um comportamento um pouco natural do ser humano, reclamar e apontar os erros. A gente também tem que reconhecer os acertos e eu acho que muitos dos acertos são em função de transparência. A gestão vai se aprimorando à medida que as pessoas tomam conhecimento e se envolvem, isso acontece. A gente tem, por exemplo, o SUS que é um exemplo de gestão pública para o mundo. Acho que a gente tem acertos, sim, várias prefeituras têm bons projetos, em governos estaduais têm bons projetos. Para você ter um resultado excelente é claro que precisa ampliar a transparência, ampliar o controle. Para que realmente bons gestores possam continuar fazendo coisas boas e aqueles corruptos precisam ser punidos.

A digitalização tende a deixar as coisas menos burocráticas, mas também existe risco de a gente acabar pulando de etapa ou é só benefício mesmo?

Tem muitos riscos, principalmente num país tão desigual como o Brasil. Muita gente não tem muitas habilidades, com computador, com software, aplicativos, então existe o risco de você realmente excluir uma boa parte da população se você focar

só na digitalização. Agora o potencial benefício que tem é você abrir para uma quantidade maior de pessoas, um conjunto maior da sociedade, não só o Estado e o governo possam traduzir aquelas informações para quem não tem acesso à internet, não têm habilidades digitais, então eu acho que tem sim o potencial positivo, o excelente. Mas, de novo, assim como a transparência por si só é insuficiente, a digitalização por si só é insuficiente. Ela vai desburocratizar, vai tornar mais acessível, mais fácil de localizar algumas coisas. Mas você tem um trabalho adicional de traduzir isso para mais pessoas, de levar isso a um conhecimento mais amplo, de usar essas informações de mais fácil acesso para realmente promover transformações.

No futuro a gente tende a ter mais atenção aos políticos que elegemos ou você acredita que é algo cultural do brasileiro votar em alguém e depois não acompanhar?

Isso passa por uma educação cívica mais completa. Desde a escola isso é super importante. E não vejo, infelizmente, nesse momento, um movimento disseminado para melhorar esse aspecto. É muito ruim, mas é preciso que haja um movimento, principalmente das elites, de quem tem poder econômico simbólico. Porque se a gente for esperar também as pessoas, ditas comuns, elas vão tomar a frente e fazer revoluções, não vão. Elas estão super preocupadas com o dia a dia. Colocar comida na casa, manter o emprego, às vezes ter uma vida turística, o cara quer, quando chega em casa, assistir a um futebol, ver uma novela para relaxar, ela não está afim de entrar no portal de transparência. É irreal esperar que as pessoas vão fazer isso. E todos os países onde eu já pesquisei, você tem um movimento das elites pensando políticas econômicas que em algum dado momento falou 'não, peraí, a gente precisa ter uma massa populacional mais bem educada, mais bem treinada que isso, vai ser bom para todo mundo', e aí houve transformações. Nos países nórdicos, na Coreia do Sul, nos asiáticos... Então não foi o movimento de base, muitas vezes é um movimento das elites, de quem realmente tem bala na agulha, tem poder econômico de decisão. Então eu acho que as nossas elites estão muito aquém do povo brasileiro. O povo brasileiro merece elites melhores, mas infelizmente a gente tem visto nos últimos anos mais eloquência que parte das elites, que estão preocupadas em manter seus privilégios do que trabalhar em prol do país.



Fabiano Angélico é um dos pioneiros do jornalismo de dados no Brasil e defensor de projetos de lei sobre transparência governamental

“
Assim como a transparência por si só é insuficiente, a digitalização por si só é insuficiente. Ela vai desburocratizar, vai tornar mais acessível, mais fácil de localizar algumas coisas. Mas você tem um trabalho adicional de traduzir isso para mais pessoas, de levar isso a um conhecimento mais amplo.”

“
Acho que a gente precisa ter um pouco mais de senso de realismo para entender que na imensa maioria das vezes aquele gestor que detém o poder ele não quer compartilhar informação.”

**Blumenau.
Pronta pra
fazer você
crescer.**

Venha viver e trabalhar em Blumenau.

Ampliação de estrutura hospitalar.
Contratação de profissionais.
Fiscalização dos protocolos sanitários.
Testagem em mais da metade da população.

1º lugar do Brasil entre as cidades que mais
salvam vidas na pandemia*.

*Fonte: Portal da Revista Exame, com base no ranking das 100 maiores cidades do país com o menor índice de mortes pela Covid-19, elaborado pela consultoria Macroplan. Blumenau está em 1º lugar dentre as cidades com mais de 100 mil habitantes. Data da consulta: 23/03/2021.

Ensino bilíngue | App Fila Única
Valorização dos professores

Programa Entra-21
Vale da Inovação: 804 companhias

Aplicativos:
AlertaBlu | Sistema Fila Única de CEI's
Blumenau Conecta | Pronto | Blumob
Cidade Jardim | Monitora Frota.

**Prefeitura
de Blumenau**



Blumenau investe em mobilidade urbana para cuidar das pessoas

Obras de infraestrutura, realizadas em todas as áreas da cidade, melhoram o tráfego, ajudam a preservar o meio ambiente e aumentam a qualidade de vida da população

Redução na emissão de poluentes dos veículos, dos congestionamentos, da poluição sonora nas ruas. Muito mais do que pavimentar vias e melhorar o fluxo de veículos, investir em mobilidade urbana contribui para a preservação do meio ambiente, reduz o estresse e aumenta a qualidade de vida.

Em Blumenau, a prefeitura prioriza o cuidado com as pessoas e, para proporcionar todos estes benefícios à população, realiza obras de infraestrutura em todas as regiões da cidade.

Uma das iniciativas mais relevantes executadas no momento é a implantação do Corredor Estrutural Sul, no Distrito do Garcia, que avança mais uma etapa desde o último dia 27 com o início do serviço de fresagem do pavimento antigo, a partir do Terminal do Garcia. Paralelamente a isso, continuam os trabalhos de implantação de calçadas em paver.

No sábado, dia 28, começou o trabalho de pavimentação no trecho entre o Residencial Floresta Negra até próximo ao acesso à Rua Gertrud Metzger. Esta etapa deve se estender



FOTOS MARCELO MARTINS/DIVULGAÇÃO/ND

Duplicação da ponte Adolfo Konder, no Centro de Blumenau

até o início da próxima semana, enquanto prosseguem os trabalhos paralelos em meio-fio e calçadas.

O projeto prevê a implantação de corredores de ônibus em trechos das ruas Amazonas e Hermann Huscher, desde a Rua Gertrud Metzger até a interseção com a Rua Sete de Setembro. Além disso, inclui nova pavimentação, calçadas,

ciclovias e melhoria do sistema de drenagem. São mais de R\$ 23 milhões investidos pelo município na reurbanização da região, que beneficiará mais de 50 mil pessoas.

Outra obra que já impacta na rotina dos blumenauenses é a nova ponte Adolfo Konder, que liga o Centro ao bairro Ponta Aguda. Em pouco mais de um ano, a duplicação

evoluiu do status de projeto para obra concluída.

Com isso, o plano viário macro, elaborado para melhorar o fluxo de veículos da Região Central, e que inclui a ponte Ruy Eduardo Willecke, no Centro Histórico, e a duplicação da Ponte Adolfo Konder, interligando a revitalização da Rua República Argentina e o binário da Rua Chile, se completa.

Região Sul

Outras obras ocorrem simultaneamente no Distrito do Garcia, como as pavimentações das ruas Carlos Splitter, Itapuí e Mário Cabral e Silva, uma antiga reivindicação da comunidade, incluindo o acesso ao ESF Marli Batschauer.

Mais três obras de con-

tenção estão em andamento na região, sendo uma delas na Rua Progresso, uma na Rua Santa Maria e outra na Rua Grevsmuehl. Além destas, foram concluídas as contenções na Rua Júlio Heiden, Ruy Barbosa, Araranguá e Dário João Vieira.



Nova Ponte do Mirelo já está em funcionamento

Assinada ordem de serviço para início dos serviços na Vila Jensen

Ainda neste mês o prefeito Mário Hildebrandt assinou a ordem de serviço para pavimentação da Vila Jensen (Arrozeira), no bairro Itoupava Central.

A obra faz parte do pacote anunciado pela Prefeitura de Blumenau que contabiliza mais de R\$ 5 milhões em melhorias na mobilidade urbana das quatro Zeis (Zonas de Especial Interesse Social) da cidade.

O local, que tem busca-

pela regularização fundiária, será contemplado com pavimentação em lajotas em uma área de 6.323 m² e mais 1.247 metros de sistema de drenagem. O investimento do município é de R\$ 1,6 milhão, recursos financiados junto ao Banco do Brasil.

A Semob (Secretaria Municipal de Obras) também avalia as benfeitorias no local como um passo importante para o desenvolvimento em regiões de vulnerabilidade social.

CONFIRA ALGUMAS DAS OBRAS NAS DEMAIS REGIÕES DA CIDADE

REGIÃO LESTE

- ✓ Revitalização da Rua Itajaí
- ✓ Pavimentação da Rua Augusto Grohl pelo Programa de Mutirão
- ✓ Pavimentação da Vila Vitória (Zeis)
*No início do ano foi concluída a revitalização da Rua República Argentina/ Binário da Rua Chile

REGIÃO OESTE

- ✓ Readequação da Rua General Osório
- ✓ Revitalização da Rua Frei Estanislau Schaeffe
- ✓ Revitalização e rotatória na Rua José Reuter
- ✓ Pelo Programa de Mutirão pavimentação das ruas Malvinas e Luxemburgo
*Concluída em 2018 e 2019 as obras do Prolongamento e a duplicação da Rua Humberto de Campos

REGIÃO NORTE

- ✓ Revitalização e rotatória na rua Eng. Udo Deeke
- ✓ Revitalização da Rua Bahia
- ✓ Revitalização da Rua Frederico Jensen
- ✓ Revitalização da Rua Profº Jacob Ineichen
- ✓ Revitalização da Rua Gustavo Zimmermann
- ✓ Revitalização da Rua Phillip Bauler
- ✓ Pavimentação das ruas Theodoro Nuss, Carlos Krueger e Theodor Kleine
- ✓ Pelo Programa de Mutirão, várias obras de pavimentação como Antônio Setter, Linda Setter, Max Schreiber, Julio Moser, Ricardo Belz, Yonamine Kamesuke, Edmund Knoth, Campo Mourão e João Krause
*Em 2019 entrega da rotatória da Rua Dr. Pedro Zimmermann e em 2020 do Terminal Norte

“Inovação e tecnologia são ferramentas”

Promotor de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina, superintendente de tecnologia e informação e coordenador do Núcleo de Inovação do MPSC, Guilherme André Pacheco Zattar fala sobre inovação, tecnologias e digitalização na gestão pública.

Para ele, é preciso fazer mais com o mesmo. Ou seja, gestores públicos precisam encontrar formas de inovar sem a necessidade de mais estrutura, pessoal ou recursos. Assim, ele

acredita que a digitalização de processos internos e para os cidadãos é um passo fundamental para melhorar os serviços públicos prestados.

Mas, para que isso aconteça, é necessário também novas ferramentas. Segundo Zattar, não adianta apenas entregar essa ferramenta para os usuários se eles não forem capacitados para usá-la, sendo necessário criar uma cultura de ensino para que essas ferramentas sejam exploradas da melhor forma.



DIVULGAÇÃO/MP

O avanço da tecnologia e a digitalização são a resposta ou boa parte da resposta para os maiores desafios que a gente tem hoje dentro da gestão pública?

A gente tem que, invariavelmente, todos os anos, pensar em como fazer mais com o mesmo. Diferente do que se diz de fazer mais com menos, nós temos que dar vazão para demandas que são cada vez maiores para a sociedade sem o incremento de estrutura, seja de pessoal, seja estrutura orgânica porque o orçamento tem um crescimento limitado e, sim, parece evidente que é com a tecnologia que a gente consegue fazer um aumento exponencial daquilo que a gente presta para a sociedade. A digitalização de processos, tanto os processos que a gente atende o cidadão quanto os processos internos para que com isso a gente consiga usar melhor o tempo dos nossos servidores em atividades que efetivamente vão fazer algum resultado para a sociedade e sua digitalização, parece fundamental para que a gente consiga chegar lá.



Não adianta a gente só entregar uma nova ferramenta se o nosso usuário não for capacitado para usá-la. [...] Se a gente entrega uma ferramenta, a gente entrega também o combo de como melhorar a cultura institucional para que a ferramenta seja explorada da melhor forma possível.”

Existe um projeto de inovação dentro do MP?

O Ministério Público criou seu núcleo de inovação no ano 2018. No ano de 2019 a gente idealizou uma jornada mais específica de inovação que culminou depois da turbulência inicial da pandemia. Nós somos o primeiro Ministério Público do Brasil que tem a política de inovação, a gente constituiu um comitê estratégico de inovação. Temos um laboratório de inovação formalmente constituído. Nós criamos o movimento iMPulso, que é o movimento de inovação do Ministério Público de Santa Catarina e o iMPulso Lab é o braço operacional. Impulso porque nós, da inovação, nos propusemos a impulsionar projetos de outras áreas, nós não temos a pretensão de ter a exclusividade da inovação. Nós estamos atualmente com alguns projetos de linguagem simples, que é uma vertente bastante importante inclusive, que não acontece das instituições fazerem eleições, principalmente dos que são voltados ao cidadão e tornar eles numa linguagem mais simples, mais amigável, mais compreensível para todos.

E sobre o enxugamento tanto dos servidores quanto o de gastos daqui para a frente. A gente tem essa tendência de tentar reduzir o número tanto salários e de pessoas?

Eu não vislumbro nenhuma dessas perspectivas. Primeiro por causa do regime jurídico que envolve os servidores públicos, existe um regime jurídico que traz garantias que são importantes e fundamentais para o serviço público de forma adequada. O que a gente vislumbra, sobretudo, é como que com esse mesmo número de servidores que temos hoje conseguimos prestar mais serviços. Como ter menos processos pendentes de análises do Ministério Público, Poder

Judiciário, prestar mais serviços. Por isso que eu falei que é um jargão que já é batido, mas é o jargão que o poder público tem muito quando pensa em inovação. Que é fazer mais com o mesmo, a gente não pensa no jargão fazer mais com menos porque não é uma realidade do Poder Público até pelo regime jurídico. O que a gente pretende sempre é com essa mesma massa de servidores, com essa mesma condição que a gente tem, o que a gente pode fazer mais? E aí a inovação e a tecnologia são ferramenta e o gatilho para que a gente possa fazer mais sem um aumento no número de servidores.

O modo de trabalho mudou completamente e está sendo digitalizado. Como é que fica na capacitação, a gente tem que treinar os que já estão lá, a gente vai ter que começar a treinar os que estão chegando, a gente precisa investir nisso?

Nós temos o CEAFI, que é o Centro de Estudos de Aperfeiçoamento Funcional e a Inovação, que tem como objeto a inovação, a transformação digital e a atualização constante tem sido objeto de preocupação de todas as escolas de governo no nosso CEAFI. Nós temos feito eventos de inovação e tecnologia desde janeiro de 2019 com bastante ênfase, sempre com muito apoio da Procuradoria-Geral e do diretor e da escola de governo justamente para isso. Não adianta a gente só entregar uma nova ferramenta se o nosso usuário não for capacitado para usá-la. Então a gente tem feito muito investimento que a gente fala em cultura. Se a gente entrega uma ferramenta, a gente entrega também o combo de como melhorar a cultura institucional para que a ferramenta seja explorada da melhor forma possível conforme a gente for disponibilizando para determinado número de pessoas, membros e servidores. Não

adianta só fazer uma ferramenta de dados e esperar que as pessoas façam gestão baseada em dados. Você tem que ensinar as pessoas a ler os dados. Então, o investimento em capacitação, treinamento, conhecimento e difusão da cultura é um pilar fundamental da inovação. E é um dos pilares que a gente tem como um dos pontos de conexão entre as instituições.

A digitalização também tende a aumentar a transparência dentro dos órgãos públicos. Existe alguma intenção em tentar deixar isso um pouco mais didático, mais acessível?

Quando falamos de inovação tem uma máxima que é o cliente no centro do negócio. E, para o setor público, o cliente é o cidadão. Então a gente já tem duas frentes abertas nesse ecossistema do InovaGovSC, uma delas é o projeto de linguagem simples, que parece um pouco reducionista, mas mundialmente é conhecido assim. Num primeiro aspecto ele facilita a compreensão do cidadão quando toma conhecimento de algo que é mandado pelos poderes públicos, seja de instrumentos jurídicos, leis, uma manifestação do Ministério Público, um ofício do Poder Judiciário. E outro movimento que é muito importante é o movimento de dados abertos. Nós já estávamos investindo nisso e a frente de dados está presente na nossa preocupação. Promotores e procuradores de Justiça estão atuando contra a pandemia, qualquer processo, qualquer procedimento, qualquer notícia de fato que o Ministério Público está atuando, que tem objeto a Covid-19, por exemplo, está lá no nosso site. Essa matéria é uma iniciativa de dados abertos, nós temos o portal da fila de espera de saúde feito junto com a Assembleia Legislativa que é outra iniciativa de dados abertos de quem se vacina hoje, que fizemos com o governo do Estado.

Entrevista

Mauro de Nadal, presidente da Alesc (Assembleia Legislativa de Santa Catarina)

“Temos que fazer um pente-fino na legislação brasileira”

Formado em direito pela Unoesc de Chapecó e na Escola de Magistratura, o presidente da Alesc (Assembleia Legislativa de Santa Catarina) também é especialista em gestão pública. Com mais de 30 anos de experiência na vida pública, De Nadal entende que o maior desafio da gestão pública está em reduzir a burocracia incutindo esta mentalidade no servidor. E que a digitalização dos processos facilitará e dará mais transparência às ações.



BRUNO COLLAÇO/AGÊNCIA/DIVULGAÇÃO/ND

Qual o maior desafio da gestão pública?

Eu foco na burocracia. A burocracia é o grande entrave que temos hoje, não só para Santa Catarina, mas em todo o Brasil. Estamos em uma era em que as pessoas têm acesso a tudo aquilo que entendem importante por meio do computador. E estamos ainda no tempo em que este povo vê a iniciativa privada fazer as coisas do dia para a noite, mas a pública demora anos para conseguir algo que é uma necessidade da população. A burocracia nos processos licitatórios e na tramitação de convênios emperra a máquina pública. Então, esse é o grande desafio que temos.

Existem alternativas para vencê-lo?

Temos agora um grande projeto em parceria com o governo do Estado, que é a transferência fundo a fundo. Para você ter ideia, elimina mais de dez tramitações internas nos órgãos do Estado. Por este convênio, o governo agora poderá diretamente de uma secretaria específica transferir o recurso diretamente para um município, no valor de até R\$ 5 milhões. É um ganho excepcional no destravamento da máquina pública. A burocracia facilita a corrupção, a morosidade, um monte de coisas negativas que atrapalham a vida do homem público e do cidadão.

Digitalização é o caminho para reduzir burocracia e trazer mais transparência?

Eu acredito que sim! A digitalização é uma das partes do caminho para isso. Temos que mudar também muita coisa na legislação, que também trava demais. Temos leis demais. Nós temos que fazer um pente-fino na legislação brasileira que trata desse assunto. Nós estamos fazendo a nossa parte nos Estados, procurando alternativas de ferramentas onde a gente consegue diminuir tempo, a gente vai fazendo e vai diminuindo. Mas a parte da informação via digital é algo que vai nos dar muito tempo de antecipação nas ações.

Com enxugar a máquina pública?

Com a digitalização a gente vai, automaticamente, conseguir mais agilidade. Vai fazer com que se adequem também o número de pessoas frente à execução de um determinado serviço.

Como capacitar o servidor?

Também será grande desafio. Até porque no serviço público temos a estabilidade e a efetivação no emprego. Essas pessoas têm o direito adquirido até a aposentadoria. Acredito que a maioria dos serviços precisa se adaptar. É uma tendência mundial isso. Devem ser terceirizados.

Entrevista

Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, presidente do TCE/SC (Tribunal de Contas do Estado)

“Vejo um futuro com menos formalismo e mais governança”

Reeleito no ano passado para mais um biênio na condução do TCE/SC (Tribunal de Contas do Estado), o conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Júnior reafirmou seu compromisso em “dar respostas cada vez mais céleres à sociedade”. Mestre e doutorando em direito pela UFSC, com formações nas áreas de direito e ciências contábeis, ele defende um modelo que foque mais no resultado e no desempenho dos entes públicos não só pela tecnologia, mas incutindo esta cultura nos servidores.



DIVULGAÇÃO/ND

Qual o desafio da gestão pública?

É um pouco de tudo, mas principalmente a burocracia. A ineficiência no serviço público é muito grande. E um grande desafio é aumentar a produtividade dos servidores, enfim, das nossas instituições. A corrupção é um problema também a ser enfrentado. A transparência contribui para combatê-la, mas não é suficiente, embora aconteça de maneira satisfatória. Mas temos que focar numa gestão mais preocupada com a governança, com a agilidade nas entregas, com menos burocracia e formalismo e mais foco no resultado e no desempenho dos entes públicos.

Como inovar e preparar o futuro?

Nós temos que ter instituições abertas para receber as inovações, sejam elas tecnológicas ou não, e incorporá-las às atividades. Isso só será possível se tivermos uma administração que não seja tão burocrática. Tem que ter uma gestão aberta, criativa, inovadora e focada no resultado no desempenho. Isso é uma cultura, de difícil mudança, mas eu penso que aos poucos ela está se tornando realidade.

E a tecnologia nesse processo?

O digital vai ajudar tanto para combater a burocracia como também no

enxugamento da máquina pública, talvez, com gastos. Tem um cenário de restrição fiscal, e nele temos limites de contratação de pessoal, de recursos humanos e materiais e a digitalização contribui muito, porque com ela você tende a economizar recursos e também reduzir os humanos. É lógico que a gente tem que ter uma preocupação com o lado humano, a questão do desemprego, da inserção da pessoa no mercado de trabalho, mas tudo isso tem que ser compartilhado ou tem que ser considerado contemplando esse processo de informatização e de digitalização, que é inexorável, né?

Este é o caminho?

Nada vai acontecer sem o mundo digital. É uma realidade. A digitalização vai propiciar incremento na produtividade das instituições e dos trabalhadores. Temos que colher os benefícios. Com relação aos efeitos negativos, tem que discutir políticas públicas.

Qual o futuro da gestão pública?

A médio prazo, com integração, troca de ideias, educação no serviço público, me refiro à educação corporativa. Em cinco anos teremos resultados muito mais satisfatórios. Aliás, já temos alguns frutos.

CERTAS COISAS SIMPLEMENTE NÃO FUNCIONAM BEM PELA METADE, A VACINA DA COVID-19 É UMA DELAS.

Quando chegar a sua vez,
não deixe de tomar a segunda dose.

Florianópolis cresce e avança com responsabilidade fiscal

Recuperação financeira, acentuada desde a reforma administrativa, se reflete em melhorias em todas as áreas da Capital

A gestão de Gean Loureiro chega ao final deste mês de agosto há mais de 1.700 dias à frente da Prefeitura de Florianópolis. Desde o início de 2017, a Capital recebeu investimentos e melhorias em todas as áreas. Na infraestrutura foram concluídas obras históricas, antigas demandas das comunidades que mudarão a história de vários bairros e o turismo na cidade.

O engordamento da praia de Canasvieiras é um exemplo. Em apenas cinco meses a obra aumentou em até 40 metros a largura da praia, entre Canajurê e o trapiche, em uma extensão de cerca de 2,4 quilômetros. Antes, o espaço na areia variava de um a cinco metros, no máximo. O investi-

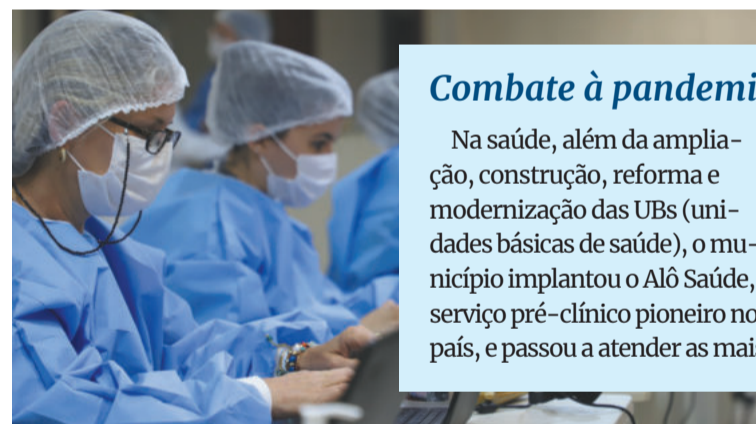
mento foi de R\$ 10,5 milhões.

Por meio da operação Asfaltado, lançada em maio de 2019, as principais vias de todos os bairros e balneários da cidade tiveram a malha viária revitalizada e pavimentada. A iniciativa, principal realização voltada à requalificação asfáltica e pavimentação já concretizada na cidade, prevê intervenções em 150 quilômetros de malha viária, distância equivalente ao trajeto Florianópolis-Blumenau, com investimento de R\$ 218 milhões.

Outras importantes realizações no período foram a revitalização das avenidas Madre Benvenuta, das Rendeiras, o início das obras na Ivo Silveira, além do projeto para ampliar a Beira-Mar Continental até à BR-101.

Engordamento da praia de Canasvieiras, uma das realizações que mudou o bairro e o turismo na cidade

FOTOS LEONARDO SOUSA/DIVULGAÇÃO/ND



Combate à pandemia

Na saúde, além da ampliação, construção, reforma e modernização das UBs (unidades básicas de saúde), o município implantou o Alô Saúde, serviço pré-clínico pioneiro no país, e passou a atender as mais

diversas especialidades médicas por telemedicina nas UBS.

A gestão durante a pandemia, com o investimento em medidas de prevenção e combate à Covid-19, como a testagem em massa, moni-

toramento de casos suspeitos e confirmados, além do avanço na vacinação, que hoje já atingiu 100% dos adultos com a primeira, por exemplo, tornou novamente Florianópolis referência nacional.

Gestão

Os investimentos e avanços alcançados pela capital catarinense em todas estas áreas foi possível após a administração municipal priorizar a responsabilidade fiscal nas ações. A postura possibilitou que Florianópolis conquistasse o Triplo A no ranking Capa (Capacidade de Pagamento), do Tesouro Nacional, sobre gestão fiscal, a maior já conquistada pelo município.

O prefeito Gean Loureiro aponta a reforma administrativa, aprovada em 2017, como o início da recuperação financeira da cidade, pois em 2016 a cidade era a pior capital em gestão fiscal do país. "Primeiro, colocamos a casa em ordem com responsabilidade na gestão fiscal e equilíbrio das contas públicas, depois retomamos as obras que estavam paradas. Com a pandemia, adaptamos muitos projetos e seguimos em frente. Ainda estão previstos muitos investimentos em todos os setores", destaca.

ALGUMAS INICIATIVAS E OBRAS ENTREGUES PELA PREFEITURA

SAÚDE

- ✓ UPA Continente (1)
- ✓ Centros de Saúde: Pantanal, Campeche e Canto da Lagoa
- ✓ CAPS Continente
- ✓ CRAS Continente II
- ✓ Reformas e melhorias em 40 unidades de saúde
- ✓ Aparelhos de raio-x novos e modernos nas UPAs Sul e Norte
- ✓ R\$ 5 milhões na saúde para reduzir fila de espera de:
 - ✓ 90% das unidades de saúde oferecem práticas integrativas
 - ✓ Reforma e ampliação UPAs Norte e Sul
 - ✓ Centro de Atendimento à Saúde Animal

EDUCAÇÃO

- ✓ Creche Antonieta de

Barros, na Vila Aparecida

- ✓ Creche Machado de Assis, em Capoeiras (2)
- ✓ Praça Carianos (3)
- ✓ Bairro Educador
- ✓ ELA - Escola Livre de Artes
- ✓ Praça da Serrinha
- ✓ Reformas e melhorias em 39 unidades de ensino
- ✓ Instalação de ar-condicionado em todas as salas de aula até final de 2020
- ✓ Redução de 85% no número de crianças na fila de espera em creches:
 - ✓ 10 unidades da rede municipal de ensino em construção, como: Escola do Futuro do Raton e Escola do Futuro da Tapera
 - ✓ 25 unidades de Educação

de Jovens, Adultos e Idosos

- ✓ Infraestrutura
- ✓ Elevado do Rio Tavares (5)
- ✓ Sistema de balneabilidade da Beira-mar Norte
- ✓ Duplicação da Rua Deputado Antônio Edu Vieira, no Pantanal (1)
- ✓ Nova faixa na Admar Gonzaga (SC-404), no Itacorubi (2)
- Novos acessos:
 - ✓ Sul da Ilha
 - ✓ Canasvieiras - Jurerê, via Rua do Lamim
 - ✓ Vargem Grande - Rio Vermelho, via Estrada Cristóvão Machado de Campos (3)
 - ✓ Parque do Abraão (4)
 - ✓ Novo Largo da Alfândega (1)
 - ✓ Sistema Viário de Acesso à Ponte Hercílio Luz

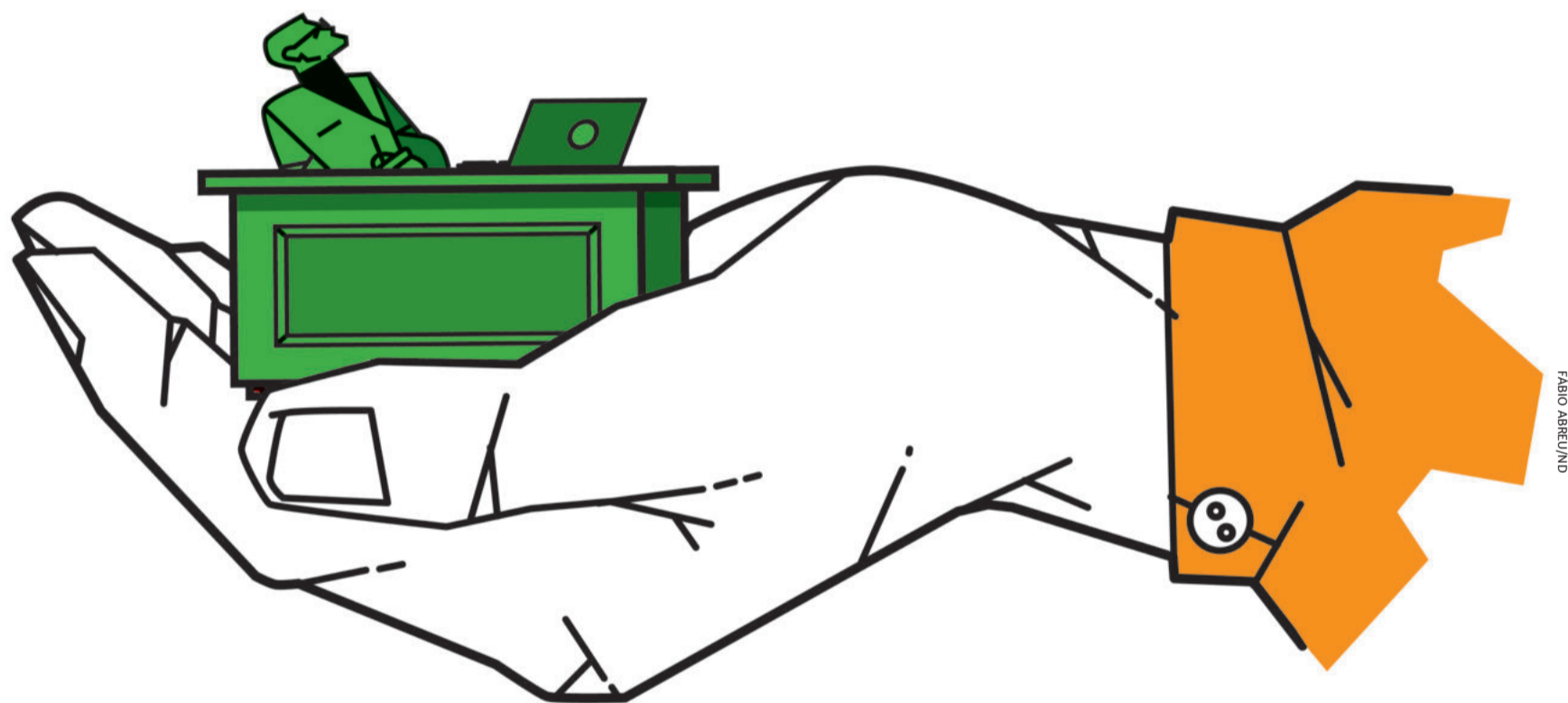
SANEAMENTO

- ✓ Mais de R\$ 400 milhões em obras
- ✓ Floripa Se Liga na Rede:
 - ✓ Regularização à rede de esgoto
 - ✓ Blitz Se Liga na Rede:
- ✓ FUNDAÇÃO SOMAR
 - ✓ Mais de 80 entidades participantes e 5.000 voluntários cadastrados
- ✓ SEGURANÇA PÚBLICA
 - ✓ de 140 mil doações
 - ✓ Operação Lei Seca
 - ✓ 25 novas viaturas para a GMF
 - ✓ Floripa Iluminada:
 - ✓ Mais de 16 mil pontos de luz trocados na iluminação pública da cidade
 - ✓ Rondas preventivas e ações educativas

“Futuro está em soluções de gestão unificadas para órgãos estaduais”

“Se tu me perguntares qual é esse modelo, eu também não sei... O nosso gargalo é conseguir lutar contra o engessamento para ganhar agilidade. Para que isso dê certo a gente precisa encontrar um balanço entre agilidade e gestão, governança, informação e transparência. Afinal de contas, é a administração pública e a gente deve prestar contas para a sociedade”, reflete o assessor para atividades específicas da presidência do TJSC (Tribunal de Justiça) de Santa Catarina, Marcos Bianchi. Ele não acredita que a tecnologia vá roubar vagas humanas, pois lembra que a tecnologia é ferramenta, mas não adianta ter uma ferramenta muito boa e não saber operá-la.

O ano de 2020 marcou a consolidação do sistema digital oficial do Poder Judiciário catarinense com a migração de todo o acervo. Também o PJSC-Conecta veio atender às necessidades de gerenciamento e realização de audiências e reuniões virtuais. E o Inova-GovSC, a rede de inovação do setor público catarinense, fruto de cooperação técnica entre os poderes e instituições de Santa Catarina tem o propósito de unir para gerar novas ideias, trocar experiências e promover ações transformadoras na gestão pública.



FABIO ABREU/ND



A tecnologia é ferramenta. Mas não adianta ter uma ferramenta muito boa e não saber operá-la. A gente vai precisar de profissionais que saibam operá-la. Não adianta a gente ter a tecnologia que possa automatizar processos de trabalho e não fazermos o mapeamento dos processos.”

Na sua visão, quais são os gargalos da gestão pública?

Eu poderia abordar isso do ponto de vista político, do ponto de vista eleitoral ou do ponto de vista de gestão. Então, para não entrar em aspectos políticos e eleitorais, a atividade pública, a gestão pública justamente por ser administração pública é atividade extremamente regrada. Tem uma série de normas. E a gestão pública tem que ser assim. Precisa ser assim. A questão é que isso cria restrições à modernização e à agilidade da gestão.

Como resolver?

Nós não descobrimos um modelo ideal ou não conseguimos vislumbrar um modelo ideal de administração pública, de gestão pública mais ágil. Se

tu me perguntares qual é esse modelo, eu também não sei. Eu sei que é o modelo que nós pensamos por conta do regramento, por conta de todo o regramento do serviço público, é um modelo de gestão bastante engessado. O nosso gargalo é conseguir lutar contra esse engessamento para conseguir ganhar agilidade de gestão. Com isso, só que para que isso dê certo a gente precisa encontrar um balanço entre agilidade e gestão, governança, informação e transparência. Afinal de contas é a administração pública e a gente deve prestar contas para sociedade.

Desengessar processos é crucial para o futuro da gestão pública. O senhor vê a necessidade de medidas que deem mais velo-

cidade e mais transparência. Então, como o senhor enxerga o futuro da gestão pública?

Olhando para trás a gente vê muita evolução de 20, 30 anos para cá, quando a gente fala em lei de responsabilidade fiscal observa um controle maior do orçamento público. Quando a gente começa a falar no estado digital, em atividades mais agilizadas, podemos dizer que evoluiu muito. Talvez hoje o nosso grande salto de gestão que possa ser dado num espaço, talvez de cinco anos, é desburocratizar atividades repetitivas, mecanizadas e que possam ser automatizadas. Nós ainda temos muitos serviços que são realizados de maneira burocrática e que não conseguimos automatizá-los.



DIVULGAÇÃO/ND

“
Quando a gente fala de atendimento virtual, está começando a pensar em um que seja único para todo o serviço público e não que cada órgão tenha o seu específico. A gente começa a pensar nas iniciativas inovadoras. O Estado como um todo, e não cada órgão, cada representante de poder separadamente.”

“
Nós vamos precisar cada vez mais de servidores que trabalham conjuntamente em setores e com setores diferentes, de forma horizontal e interdisciplinar, para desenvolver atividades, principalmente as intelectuais. Então, nós vamos ter que investir em capacitação.”

Quais tipos de serviços seriam estes?

Serviços que não demandam necessariamente o juízo de valor, como entrega de certidões. Estes tipos de documentos públicos, como entrega de certidões negativas, entrega de certificados, matrículas imobiliárias, uma série de expedição de carteiras de identidade, por exemplo, uma série de atividades que nós ainda temos procedimentos bastante burocratizados e que com o uso de tecnologia podem ser automatizados e agilizados.

E automatizar processos gera benefícios.

Quando a gente automatiza e agiliza esses serviços consegue focar na atividade humana intelectual. A intervenção humana na atividade intelectual também dá mais agilidade à gestão, à tomada de decisões, ao debate de decisões, ao desenvolvimento de políticas públicas, ao desenvolvimento de projetos, à idealização de projetos. Então talvez esse seja o grande gargalo, o próximo passo a dar na agilidade da gestão pública e conseguir evoluir está na automação para atividades burocráticas, repetitivas e mecanizáveis.

Desburocratizar e também enxugar a máquina pública consequentemente deve reduzir gastos apostando na tecnologia, o que deve acarretar queda do número de servidores, né? Como o processo vai se dar?

A tecnologia é ferramenta. Mas não adianta ter uma ferramenta muito boa e não saber operá-la. A tecnologia é realmente uma excelente ferramenta, a gente vai precisar de profissionais que saibam operá-la. Não adianta a gente ter a tecnologia que possa automatizar processos de trabalho e não fazermos o mapeamento dos processos de trabalho. É necessário ter capacidade para fazer o mapeamento das nossas atividades e questionarmos porque que isso é feito dessa forma, por que nós fazemos assim, o que pode mudar. Aí é que vem o pensamento inovador. Vem a importância do Inova

Gov, vem a importância dos laboratórios de inovação.

Vocês têm trabalhado com inovação aliada à tecnologia?

É esse questionamento, esse senso crítico de verificar, afinal, por que trabalhamos dessa forma, o que pode ser modificado? A tecnologia pode nos auxiliar com isso? Pode. E aí aplicamos a tecnologia, ou seja, lembrando mais uma vez, a tecnologia não é um fim em si mesmo, ela é uma ferramenta. Hoje, obviamente, é difícil pensar em alguma implementação de nova rotina que não envolva tecnologia. Fica do ponto de vista então de trabalho, de força de trabalho, de capacitação, de distribuição e de redução da máquina pública. Nós vemos com isso aos poucos a necessidade de ativos físicos, de infraestrutura física, infraestrutura destinada para atividades burocráticas, essas estruturas aos poucos vão se reduzindo.

Esse é o caminho para enxugar a máquina pública?

Vamos conseguir enxugar a máquina pública principalmente do ponto de vista de estrutura física, de infraestrutura. Precisamos investir em infraestrutura de rede, infraestrutura de tecnologia, mas aos poucos vamos precisar de menos prédios, menos postos de atendimento e assim por diante. Com relação ao pessoal, existe a questão da estabilidade no serviço público e, diferentemente de uma de uma empresa privada, nós não conseguimos reduzir o staff de uma hora para a outra. Não é nem só por causa do custo da redução, mas é porque a lei não permite. Não vou entrar no mérito agora da questão da estabilidade, que é outra conversa. Mas o que nós vamos conseguir começar a fazer é treinar os servidores. Vamos precisar cada vez menos de atividades que sejam técnicas, que sejam atividades muito específicas.

Aí a capacitação entra em jogo.

A grande mudança é que vamos ter que começar a pensar em qual servidor público queremos. Qual é a carreira que queremos? Como e que tipo

de habilidades vamos pedir em um concurso público? Faz sentido com uma habilidade específica que essa pessoa seja contratada e passe uma carreira de 40, 50 anos no serviço público fazendo só aquela atividade. É isso que me parece que vai modificar. Então, nós vamos com isso. Mais eficiência ao serviço público. Reduzir custos de infraestrutura física e aprimorar a intervenção humana, a capacidade intelectual para desenvolver atividades, principalmente intelectuais, como o desenvolvimento de softwares, por exemplo.

Como o InovaGov tem funcionado e como é que isso atinge positivamente as entidades e a população?

Com a criação da rede, a gente passou a trabalhar de maneira integrada no desenvolvimento de projetos paralelos, no desenvolvimento de ideias e de conceitos que possam servir para todos os entes. Isso, primeiro, acelera o desenvolvimento de ideias e de projetos, porque a gente passa a pensar com cinco organismos e não cada um isoladamente. Segundo, a gente passa a pensar projetos sobre serviços públicos de maneira unificada. Então, por exemplo, quando a gente fala de atendimento virtual, está começando a pensar em um que seja único para todo o serviço público e não que cada órgão tenha o seu específico. O Estado como um todo, e não cada órgão, cada representante de poder separadamente.

A gente cria um ambiente de desenvolvimento acelerado de serviços para a população e, consequentemente, cria um ambiente em que essas soluções podem chegar de maneira mais rápida, mais acelerada, mais testada. Desta forma, a gente cria soluções que passam a ser unificadas para o Estado todo, independentemente de onde se busca esse serviço e da plataforma em que se busca esse serviço, de modo que, aos poucos, vamos criando um ambiente de inovação que é do Estado e não do Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas, do governo do Estado, da Assembleia e assim por diante.

De olho no futuro



Governo do futuro será digital e integrado

“Enquanto responsável pela transformação digital do governo federal, que atingiu a marca de 3 mil serviços públicos totalmente digitais, o nosso time na Secretaria de Governo Digital se dedica à impulsão junto aos Estados e municípios de todo o país. Por isso, o gov.br é também uma grande rede de compartilhamento de plataformas e de atalhos para que os entes federados acompanhem esse movimento.” Este é o raciocínio do secretário de Governo Digital do Ministério da Economia, Luis Felipe Monteiro (foto ao lado), para quem “o governo do futuro será digital e integrado”.



FOTOS DIVULGAÇÃO/AND



Tóquio, a cidade inteligente que é modelo mundial

Sede das Olimpíadas e agora das Paraolimpíadas, Tóquio também é uma cidade inteligente que se tornou modelo mundial. Enquanto outras buscam atualizar novas tecnologias para aumentar a eficiência dos serviços, a capital japonesa cria iniciativas que abordam as dificuldades observadas no espaço urbano. O seu plano chamado Sociedade 5.0 foca principalmente no desafio do envelhecimento da população. Soluções de inteligência artificial e IoT são usadas para que a população idosa, incluindo os residentes de áreas rurais, possa acessar os benefícios de maneira rápida, barata e eficiente.

UNIVERSIDADE E INDÚSTRIA DEVEM CAMINHAR JUNTAS

A UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) é sede de nova unidade da Embrapii (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial). A Move – Unidade Embrapii de Máquinas e Equipamentos para Mobilidade reúne 13 laboratórios, vinculados aos departamentos de Engenharia Mecânica e de Informática e Estatística, para oferecer soluções completas de projetos baseada na colaboração entre universidade e indústria. A UFSC foi contemplada, com outras sete universidades, em chamada realizada com apoio do Ministério da Educação, que pretende atrair empresas pela capacidade de geração de soluções tecnológicas.

✓ Municípios de Florianópolis podem acessar seus débitos on-line

Buscando facilitar o acesso do contribuinte às informações de sua situação fiscal, a Câmara de Florianópolis aprovou o Projeto de Lei 17883/2019, que passa a disponibilizar, no site da Prefeitura, consulta ao status de tributos municipais e multas, inclusive administrativas. Antes, o munícipe tinha acesso a esses tipos de dados somente se dirigindo até o Pró-cidadão. Agora, poderá verificar pela internet os valores de todos os débitos existentes, vencidos ou não, tendo em mãos apenas seu número de CPF ou CNPJ, possibilitando a organização para pagamento.

Câmara dos Deputados debate os dados abertos do Legislativo

A Câmara dos Deputados vem debatendo a disponibilidade, uso e qualidade dos dados abertos do Legislativo federal. Especialistas da Câmara e do Senado procuram esclarecer dúvidas sobre o tema, que está diretamente relacionado à transparência e à fiscalização da instituição pela sociedade. O conceito de dados abertos, como as duas casas tratam as informações e as iniciativas que se destacam com o uso desses dados precisam ser esclarecidos, assim como a obrigatoriedade de os dados abertos governamentais seguir princípios já estabelecidos – como formatos não-proprietários, processamento por máquina e primariedade.

O LabTalks

O “LabTalks - explorando ideias na quarentena”, da Câmara dos Deputados, que concentrou o debate sobre os dados abertos, na semana passada, reúne pessoas interessadas em contar suas experiências, novas propostas e curiosidades, com temáticas ligadas à tecnologia, inovação e democracia. Os encontros virtuais têm duração de uma hora e são realizados quinzenalmente, às sextas-feiras.

RS desbanca SC em ranking de oferta de serviços públicos digitais

De acordo com a edição deste ano do Índice Abep-TIC (Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação) de “Oferta de Serviços Públicos Digitais dos Governos Estaduais e Distrital”, o Rio Grande do Sul é a unidade federativa que mais se transformou digitalmente em 2021, alcançando o 1º lugar no ranking e desbancando Santa Catarina, que figurou em 1º lugar no ano passado ao lado de Minas Gerais. Bahia e Paraná – este último nem figurava no TOP 5 do ano passado – assumem a 2ª e 3ª posições, mostrando o avanço da pauta de transformação digital no país.

CONFIRA OS RANKINGS

	2020	2021
1º	SC	RS
2º	MG	BA
3º	RS	PR
4º	BA	MG
5º	ES	SC

Três capacidades em análise

O Índice Abep-TIC analisa todos os Estados e o DF em três capacidades: oferta digital de serviços públicos, oferta de serviços públicos por meios digitais e regulamentação sobre modernização para a oferta de serviços públicos. O governo gaúcho alcançou o status de o Estado mais tecnológico do país ao obter 91 pontos totais. Bahia conquistou 87,25 pontos, e o Paraná, 86,25. O relatório também indica que a maturidade das unidades federativas foi elevada em 10 pontos, com aumento da média geral em oferta de serviços públicos digitais no Brasil. Eleito em 1º lugar no ano passado com 78,50 pontos, Santa Catarina alcançou 80,75 neste ano, mostrando pequeno avanço em relação ao vizinho primeiro colocado, que subiu de 77,50 para 91 pontos.

Cultura tem que investir no remoto

Grande parte das instituições brasileiras da área cultural não estava preparada para o ambiente digital. É o que revela a 3ª TIC Cultura, pesquisa do Comitê Gestor da Internet no Brasil feita entre fevereiro e agosto de 2020, pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. Foram ouvidos 2.193 responsáveis por arquivos, bens tombados, bibliotecas, cinemas, museus, pontos de cultura e teatros, que revelaram usar a internet mais para atrair público do que para ofertar serviços remotos.



Pesquisadores da UFSC propõem medidas para a gestão de energia

Na matriz elétrica brasileira, a geração hidráulica corresponde a 65% da produção, participação muito importante se comparada às fontes renováveis como a geração eólica (8,6%), de biomassa (8,4%) ou solar (1,0%), segundo a EPE (Empresa de Pesquisa Energética). O sistema elétrico brasileiro precisa passar por aperfeiçoamentos que aumentem sua resiliência em períodos de crise hídrica como o que o país enfrenta atualmente. Pesquisadores da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) propõem sugestões para aumentar a segurança e confiabilidade do sistema elétrico brasileiro e minimizar os impactos dos aumentos de custos decorrentes da diminuição da capacidade de geração hídrica de energia.

Diversificação de fontes e economia

Os aprimoramentos propostos pelos pesquisadores vão desde a diversificação da matriz de geração elétrica – com inclusão de novas fontes e aumento das fontes renováveis – ao incentivo à geração distribuída. Do lado do consumo, a solução pode estar no uso de redes elétricas inteligentes que tragam informações úteis à economia de energia, o aumento da eficiência energética das edificações, a substituição tecnológica de produtos e a gestão do consumo

Municípios do Médio Vale do Itajaí recorrem a plataforma de gestão ambiental

Desde maio, o Cimvi (Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí) usa a Aprova Digital, plataforma que promove facilidade nos serviços públicos e mais agilidade nos trâmites de licenciamento ambiental. A solução, 100% on-line e personalizável, é usada por 13 municípios consorciados: Apiúna, Acurra, Benedito Novo, Botuverá, Doutor Pedrinho, Indaial, Ilhota, Luiz Alves, Massaranduba, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó. “A Aprova Digital pode ser definida em duas palavras: ágil e eficiente. Trouxe série de benefícios, com considerável redução no uso de papéis, parametrização da documentação obrigatória, otimização de tempo, além de ser fundamental na melhoria do trabalho de técnicos das áreas ambiental e digital”, explica a gestora ambiental do Cimvi, Sandra Batista.



A Advocacia-Geral da União tem se destacado no tema da sustentabilidade na última década e neste sentido o parecer 1/2021/CNS/CGU/AGU reforça este viés de atuação à medida em que estabelece a obrigatoriedade das contratações públicas sustentáveis na administração federal.”

Teresa Vilac, advogada da União e coordenadora da Câmara Nacional de Sustentabilidade sobre recente lançamento da 4ª edição do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, que obriga órgãos e entidades da administração pública a adotar critérios



JORNAL ND 15 ANOS.

*15 edições históricas
para celebrar o passado
e projetar o futuro.*



O ND tem uma história marcada por grandes reportagens. E para comemorar, vamos manter a tradição. Confira a série **Aniversário ND 15 + 15**. Serão 15 edições com 15 temas diferentes, como tecnologia, turismo, educação, saúde e poder público. Diariamente, a partir de 14 de agosto. Não perca.



Ligue **3251.1414** e assine o ND. **No impresso e no digital.**